71

HISTÓRIA DA ANTIGA CASA DA ÍNDIA EM LISBOA

GOA UNIVERSITY
This book is donated by

OBRAS DO AUTOR

- IV Centenário da Morte de Vasco da Gama — Monografia Histórica. — Lisboa, 1925.
- A Obra dos Capitães e Missionários Portugueses nas Terras do Ultramar — Lisboa, 1926.
- História e Antiguidade da Egreja de Santo Estevão de Lisboa — Lisboa, 1927.
- Acção Missionária dos Franciscanos Portugueses na Índia — Lisboa, 1927.
- As Línguas Vernáculas o e Funcionalismo Colonial — Lisboa, 1927.
- O Apostolado dos Dominicanos Portugueses no Oriente — Lisboa, 1928.
- O Cosmógrafo Fernão Vaz Dourado, Fronteiro da Índia, e a sua Obra — Lisboa, 1928.
- O Plano Colonial de Afonso de Albuquerque — Lisboa, 1929.
- Influência Benéfica e Civilisadora das Missões do Clero Secular através dos tempos — Lisboa, 1932.

MONSENHOR GUSTAVO COUTO
PRELADO DOMÉSTICO DE SUA SANTIDADE

HISTÓRIA DA ANTIGA CASA DA ÍNDIA EM LISBOA

CONFERÊNCIA REALIZADA NA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, NO DIA 28 DE ABRIL DE 1932
DIVIDIDA EM 6 CAPÍTULOS ILUSTRADOS COM 14 GRAVURAS

APROVADA
PELO ILUSTRE VIGÁRIO GERAL DO PATRIARCADO
MONSENHOR CÓNEGO ARCEDIAGO DOUTOR MANUEL ANAQUIM
E
PREFACIADA
PELO EMINENTE PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA E SÓCIO EFECTIVO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DOUTOR JOSÉ MARIA QUEIROZ VELOSO

Rerum cognoscere causas
(VIRGÍLIO)

LISBOA
MCMXXXII

IMPRIMATUR

OLYSIPONE, 4, JULII 1932
CANNONICUS EMMANUEL ANAQUIM
VICARIUS GENERALIS

Ao Excelentíssimo Senhor

Doutor Armindo Rodrigues Monteiro
Ilustre Ministro das Colónias

Em testemunho da mais elevada consideração

O. D. e C.

O AUTOR

Excelentíssimo Senhor:

AO elevado critério de V. Ex.ª, dirigido pela razão, e alimentado pelo vasto saber, que impulsionando vigorosamente a sua época, elabora por meio das fecundas medidas o quadro progressivo da complexa administração do Império Ultramarino Português; não escapará de certo, que nas páginas seguintes, se faz memória das coisas raras e muito notáveis, que abrangendo as mais variadas e diversas questões, sucederam na Antiga Casa da Índia em Lisboa, tocantes a êsse Império.

Digne-se, pois V. Ex.ª de aceitar o oferecimento dêste estudo paciente de investigações, de pesquisas, e de reconstituição, feito com escrupulosa fidelidade da análise e da síntese, e que a míngua de estilo mais forte com que esmaltasse a narrativa, constitui e significa um singelo cântico, com que levanto êste padrão nos anais da humanidade, aos assinalados e perduráveis serviços da gloriosa Nação Portugueza.

Lisboa, 6 de Agosto de 1932.

MONSENHOR GUSTAVO COUTO

PATRIARCADO DE LISBOA
VIGARARIA GERAL

4 de Julho de 1932

Meu Caro Monsenhor Couto

ACABO de ler a sua excelente conferência sôbre a História da Antiga Casa da Índia em Lisboa; e a-pesar-de conhecer já outros trabalhos de fôlego de V. Rev.^{ma}, devo dizer-lhe, que me deixou a mais grata e profunda impressão êste valiosíssimo trabalho, magistralmente documentado, e que constitui mais uma glória para o seu nome e nos deixa viver uns intensos momentos de prazer por esta sua lição.

O que fomos e o que somos!

Graças a Deus, tive o gosto de encontrar o seu trabalho como mo entregou, e aqui fica às suas ordens.

Abraça-o afectuosamente o seu amigo e admirador

MONSENHOR ANAQUIM

PREFÁCIO

MONSENHOR Gustavo Couto é natural da Índia Portugueza.

Além do escrupuloso cumprimento dos seus deveres sacerdotais, dois fortes sentimentos inspiram e dominam todos os seus trabalhos de reconstituïção e divulgação histórica: o seu amor pela Índia; a sua admiração pela obra colonial dos portugueses.

Nesta conferência há, portanto, muitas páginas, em que monsenhor Gustavo Couto com justificada razão se desvanece, ao arquivar os louvores de tantos sábios, de tantos pensadores eminentes, que estudaram a antiguidade indiana, nas suas múltiplas manifestações. Èsse maravilhoso país foi, na realidade, o berço da moderna civilização euro-americana; e os mais recentes investigadores reconhecem também, nos monumentos da primitiva cultura maya, na América Central, nítidas influências das divindades do Olimpo védico.

Os valiosos estudos históricos encetados por Monsenhor Gustavo Couto em 1925, têm obedecido a uma seqüência lógica: primeiro, o IV Centenário da Morte de Vasco da Gama, *descobridor do caminho marítimo para a Índia; depois, o* Plano Colonial de Afonso de Albuquerque, *funda-*

dor do nosso império ultramarino; e no corrente ano, a História da Antiga Casa da Índia em Lisboa, *ìntimamente ligada ao domínio português no Oriente.*

Destinada a superintender nas vendas dos produtos reservados ao monopólio da corôa, os armazens da Casa da Índia ficavam nas lojas do próprio Palácio da Ribeira. Verdadeira bolsa de mercadorias, com transacções importantíssimas, todos os negócios da administração e comércio das terras banhadas pelo Oceano Índico figuravam na sua escrita. A essa instituïção recorreu muitas vezes a Fazenda real para empréstimos, por adiantamento, sôbre as especiarias que deviam trazer as naus da Índia; e nos seus livros eram registados os respectivos padrões de juros.

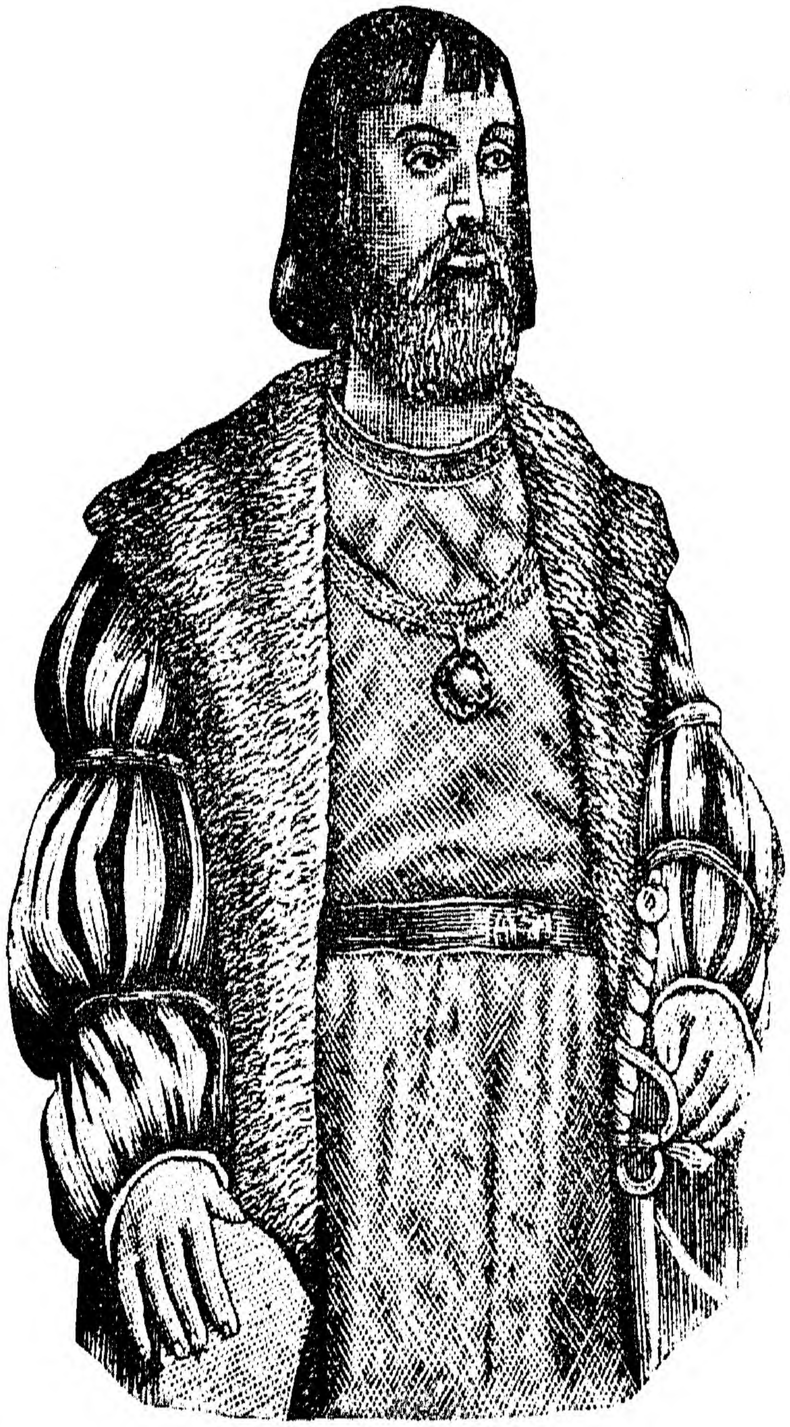
Na Casa da Índia se guardavam também os documentos relativos à nossa actividade na África Oriental e na Ásia. Se êste admirável repositório de factos, cheios de preciosos ensinamentos, não fôsse salvo do incêndio consecutivo ao terramoto de 1755, ter-se hia perdido a mais copiosa fonte de informações para quem um dia intente escrever a história completa da conquista, ocupação e abandono das terras de Além-Mar; nem seria possível estudar na sua origem, nas suas diversas fases, o apogeu e o declínio económico de Portugal.

Uma simples conferência, como trabalho de síntese não pode alargar-se em minúcias de erudição; mas deve por isso mesmo, marcar os pontos capitais do tema escolhido. A conferência que Monsenhor Gustavo Couto pronunciou em Abril último, durante a Semana das Colónias promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa, é uma brilhante e sugestiva evocação do importante papel da Casa da Índia. Animada por um alto espírito patriótico, nela se encontram também curiosas notícias, como a da construção, no centro de Londres, da Casa do Império Indiano — construida e decorada ùnicamente por arquitectos, artistas e operários daquele país — que em Julho de 1930 foi solenemente inaugurada por Jorge V.

Um prefácio significa, geralmente, uma apresentação; e Monsenhor Gustavo Couto, colonial distintíssimo, missionário com uma larga fôlha de serviços no Ultramar, prosador vernáculo, autor de numerosas monografias históricas, não carece de quem o apresente aos leitores. Já que por amável exigência sua o meu nome fica no limiar dêste opúsculo, quero aqui exprimir-lhe o prazer espiritual que tive, como primeiro leitor desta conferência.

Lisboa, 24 de Julho de 1932.

QUEIROZ VELOSO



D. MANUEL. — 14.º REI DE PORTUGAL
(1495-1521)

O afortunado monarca, que vencendo a vigorosa resistência
dos seus conselheiros, e antevendo a aurora do triunfo,
mandou descobrir o caminho marítimo para a Índia

I

História da Antiga Casa da Índia em Lisboa

Senhor Presidente da Sociedade de Geografia
Minhas Senhoras e meus Senhores

INTERPONDO-SE tantos séculos, mediando tantos sucessos, à preciosa tradição portuguesa, cujo largo horisonte lhe prognosticou o larguíssimo da sua gloriosa história, sem interrupção e cada vez mais veemente e mais luminosa, se refere à fundação da antiga Casa da Índia em Lisboa e chega até nós.

No seio do bom povo português que é o mais poético e espirituoso povo da Europa a fidelidade a essa cinco vezes secular tradição como fonte inexaurível de motivos de credibilidade de um encanto e de uma beleza inenarráveis — fortifica-se em lugar de diminuir atestada em países diversos e épocas diferentes unindo em uma das maiores fulgurações o Oriente com o Ocidente, e mantendo relações amistosas entre gentes longínquas; porque a tenacidade no amor dessa tradição perseverante entretem a sua expectação nas veredas dos duradoiros monumentos da antiga ciência da administração portuguesa nas terras de Além-Mar, tão amada pelos seus seguidores que reinou sempre no seu espírito, trazendo o sêlo de eterna duração. Que contraste entre êste povo singular e os outros povos da terra! Em todos os acontecimentos se observa igual conformidade entre os sinais e sucessos previstos.

As cenas do futuro correm pela sua imaginação verdadeiras e vividas, como se o porvir fôsse o presente, demonstrando assim ser a voz do futuro, falando com a segurança e fundamento que só cabe nas relações do passado, que não é outra coisa mais do que o registo autêntico e consciencioso dos factos remotos e distantes de nossa idade clamando mais alto, que tôda a eloqüência da palavra humana, e ensinando-nos, que não devemos desprezar, nem o que a antiguidade nos legou de mais sensato, nem o que o verdadeiro progresso acrescentou de mais útil, sôbre tudo, tomando por base a verdade e a justiça.

Para todos os que em Portugal e fóra dele se interessam pela história verídica de factos antigos e também para todos os que pretendem estudar a acção e influência dos portugueses nas terras orientais durante o XVI século, não pode nem deve passar tudo isso despercebido.

Ignorar, portanto, êsses factos, intérpretes de muitas coisas notáveis e genuinamente portuguesas, descritas com mão de mestre no severo livro da história para trazerem à memória exemplos de proveitosas e modelares vidas passadas para o ensino das presentes e servirem de norma aos novos, que serão àmanhã os árbitros dos destinos de Portugal, e ao mesmo tempo correr àvidamente atrás de novas teorias sem mérito, que apagando toda a fisionomia nacional, com as modas e usos extranhos nem sempre elegantes que os nossos, nem honra, nem justifica a inteligência.

Os nossos insignes cronistas e escritores de memórias de tempo, tocaram de tôdas as graças da língua vernácula, a mais expressiva e a mais enérgica de tôdas as línguas da raça latina o colorido dessas gloriosas eras de duração e progresso, de estabilidade e vida, onde a belesa moral se realça com a verdadeira pintura de gentes diversas, com as magnificências das terras lendárias e com o espectáculo sublime daqueles varões eminentes que pelo auge do seu merecimento e grandesa, tão esforçadamente trabalharam na contextura dessas eras estructuralmente portuguesas e ergueram uma nação pequena e pobre ao fastígio da soberania e da opulência, que ainda nos alvoroça de entusiasmo.

E é só assim que as gerações aprendem o que têm de agradecer e o que têm de perdoar aos obreiros do passado, tirando dêsse juízo austero sôbre a missão dos que morreram, a regra moral a que têm de submeter-se àqueles que estão vivos.

Não pareça que estou dando grandes palavras a pequenas cousas: a história é a expressão literária mais verdadeira do estado da sociedade. E' preciso que a história comece a ver e a falar para que essas cousas mereçam o galardão e a nobreza da estima pública.

Um quadro grande e magestoso como é êste que vou traçar exige a correcção no desenho, pela verdade das côres e pela ponderada distribuïção da luz.

Quando me recordo dêsses grandes homens, que mais do que ninguém, como figuras excelsas do passado, souberam enaltecer Portugal de um modo tão sábio, tão eloqüente e tão sublime, não posso deixar de me confundir no sentimento da minha pequenez e a confissão que dela faço está bem longe de ter o simples mérito da modéstia.

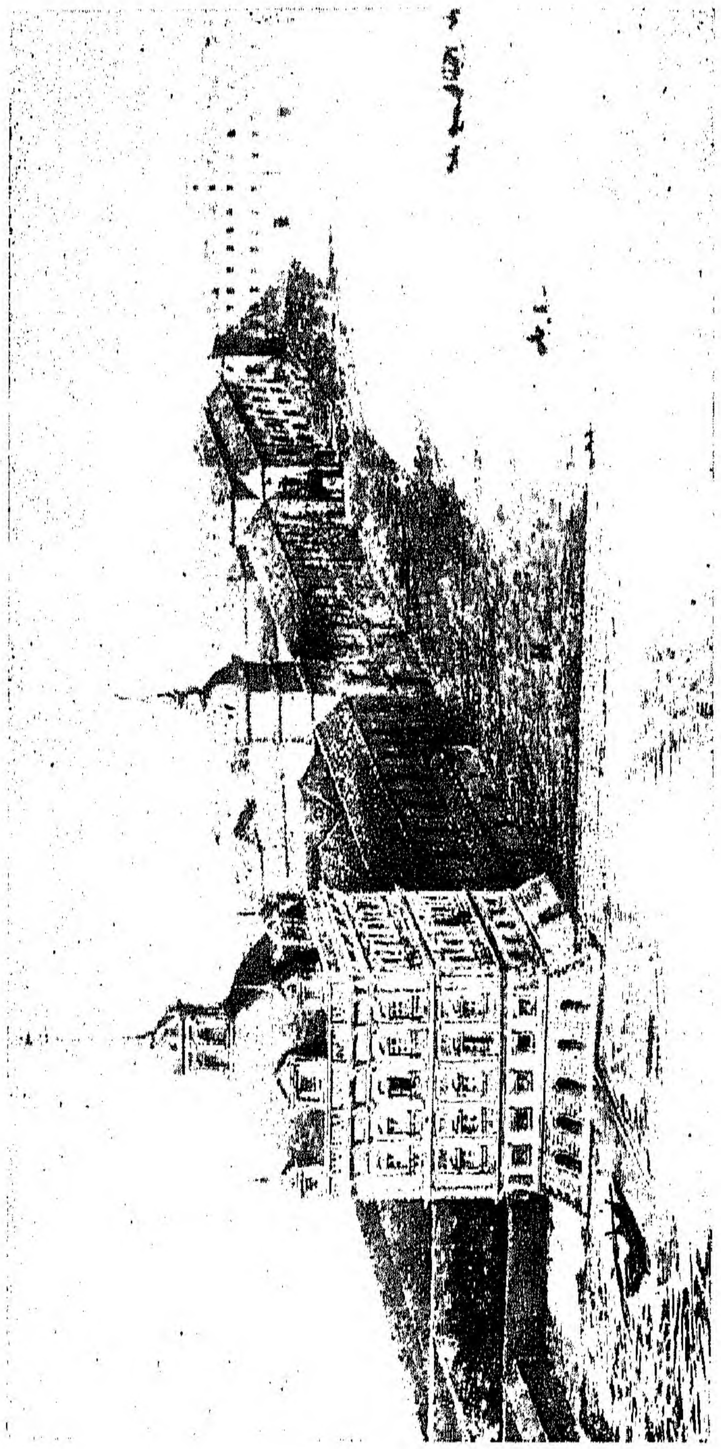
Não se obliteram fàcilmente em mim impressões que me entalhem por mais de leve que seja, nas fibras do coração, mòrmente quando se trata de assuntos grandes, belos e revestidos de didáctica magestade, que todos apreciamos e principalmente o povo, que venera a verdade e aplaude-a porque entende: é preciso entender para apreciar e gostar. A história é quem retrata a côres fieis, as feições morais de uma nação, quem aponta o caminho que ela leva andado na estrada legítima da civilização, quem firma as raias do seu progresso intelectual em tôdas as relações variadas com o mundo externo, porque a história que o é deveras, pinta a vida da época e da gente que a acompanha.

E' o espelho do estado social, o que revê todos, até os mais imperceptíveis traços do grande vulto chamado povo.

No fundo do quadro está o pensamento; a idéia una da actualidade, no seu aspecto multiforme. — Pensamento idéia profunda sempre, que se enlaça com o invisível pelas aspirações religiosas, com o fim eterno pelos fios da tradição, dos costumes e das crenças do passado, porque a eternidade não é negativa mas absoluta; não significa termo de tempo, significa plenitude indivisa.

A história como filha da verdade e como mestra da vida, tem a sua lógica, e a sua arte, perante uma e outra nos temos de curvar. Deante da história, na sua expressão simbólica, na sua fórmula filosófica, essa vida imensa, amplíssima e misteriosa composta do que foi e do que é: vida em que o passado se transfunde no presente, em que o presente se enriquece com os elementos das idades mortas, para legar uma herança doirada de esperanças, de lições, de futuros; herança que passa em depósito das gerações que hoje se revolvem na terra, as que não viram ainda o *fiat lux* do verbo de Deus.

A história encerra em si o passado e o presente; tem nas mãos o talismã do futuro, o pomo da vida ou o pomo da morte; é já do que há de vir pela sua aspiração etéria, está entre o mundo externo e o mundo invizível. Gera-se da fé no que é sublime, na admiração do que é



O Paço da Ribeira, em cujas grandes lojas foi inaugurada e instalada com as suas riquíssimas e valiosas mercadorias, a célebre Casa da Índia, fundada por D. Manuel, pelo seu Regimento, dado e feito em Évora, a 3 de Julho de 1509 grandioso na sua beleza, vive pelo amor de recordar a sua pristina grandeza

Sem exceder pois os limites naturais do assunto, é lícito afirmar que nenhuma história oferece ao espírito, ao sentimento e à imaginação, lances mais belos, nem mais afectuosos, que ali aparecem e que obtêm geral aceitação, tanto pelos profundos conhecimentos como pela concisão com que são tratadas as mais vastas questões estéticas, administrativas, étnicas e morais, que o assunto suscitava, e sem as quais não podia ser dignamente examinada a altura das grandes considerações em que está envolvida, do que a valiosa e scientífica documentação da história portuguesa relativa às terras de Além-Mar, pregoeira do poderio, da riquesa, da magestade e de glória, tão patriótica e cuidadosamente arrecadada na antiga Casa da Índia em Lisboa, e que a-pesar dos vai-vens continuados da humanidade, ainda hoje ostenta um espectáculo de tão maravilhosa grandesa, de tão pujante vida e de tão vivaz imortalidade, que faz as nossas delícias, e querendo Deus fará sem dúvida as delícias da posteridade.

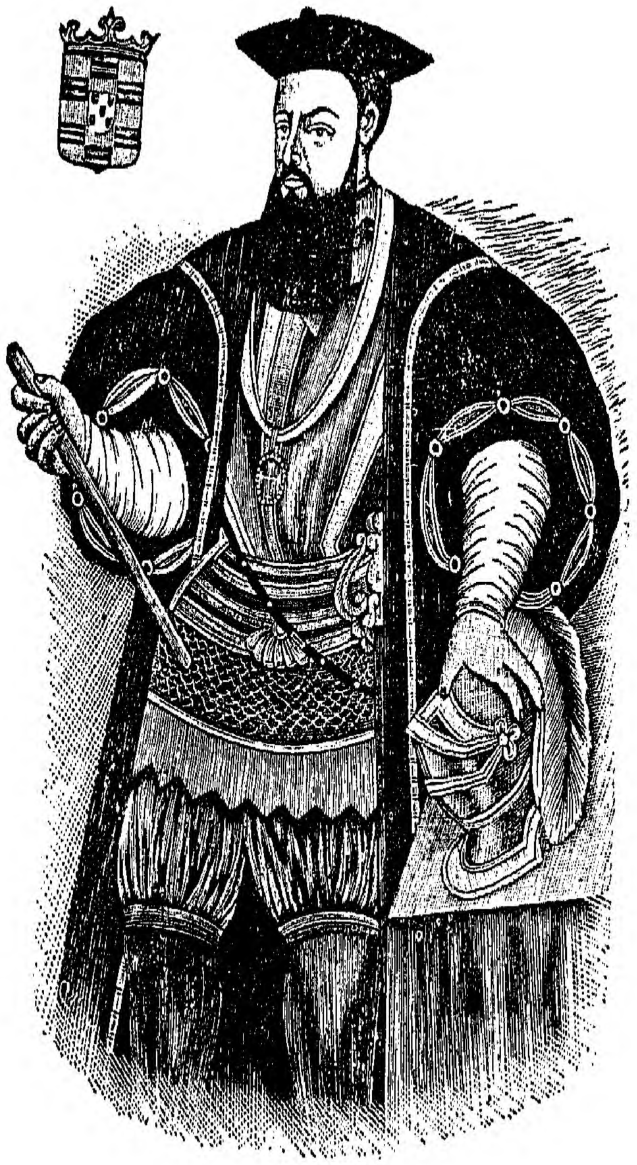
Tal é o previlégio dessa documentação, que o camartelo da destruïção nada pôde contra ela. São extremamente elucidativas as cartas enviadas à revista inglesa *Gentleman's Magazine* por subditos britânicos, residentes em Lisboa, testemunhas presenciais do terramoto de 1755. Uma dessas cartas lançando muita luz sôbre êsse pavoroso acontecimento diz: «Bellem (sic), Nov. 20-1755. Exmo Snr. Já lhe escrevi depois da horrível catástrofe que últimamente sobreveio neste país, cuja terra firme (sic) ainda não socegou, pois continuam a sentir-se de vez em quando, tremores intermitentes, nenhum porém de conseqüência. Não poderia tão universal ruina suceder em mais infeliz conjunctura porquanto nela se compreenderam as riquesas de três frotas recentemente chegadas e três naus da Índia. A cidade inteira é continuo montão de lixo e ruinas; no entanto só se fala em reconstruí-la. Os direitos alfandegários sôbre tôda a espécie de mantimentos foram a princípio abolidos e êste regimen ainda se mantém; ninguém sabe comtudo quanto tempo isto durará, porque fala-se constantemente em restabelece-los. Vários villãos têm sido presos e executados, principalmente estrangeiros, e, para nossa vergonha, entre os de outras nacionalidades, alguns marinheiros *inglezes*, por saquearem o paço, a capella real, etc, roubando grande quantidade de ricas pratas. Os restantes eram desertores *franceses* e *espanhois*, e alguns presos das cadeias civis as quais deram, como os outros edifícios, livre saida aos que encerravam excepto aos que ficaram sepultados sob os escombros. Um moiro que com os mais fugiu das *Galleas (galés)*, onde se encarceravam os forçados, confessou antes de ser enforcado, que lançara fôgo à cidade em vários pontos, depois de findo o primeiro abalo. Um desertor francês confessou que havia feito o mesmo em três sítios, um dos quais era a *Casa da Índia*, adjacente ao paço.»

Basta dizer que das pavorosas labaredas seguidas ao terramoto de primeiro de Novembro de 1755, que consumiram em poucas horas tornando em uma fornalha a Ribeira das Naus, as riquesas ali amontoadas, salvou-se quasi por milagre o riquíssimo tesoiro de saber àcêrca da Índia. Tudo muda, tudo se altera ou perece mas êsse tesoiro, produto da nobilitante energia e perseverança do génio português, imortal como a causa fecunda donde esta emana, rola com orgulho sobre a torrente de séculos e de voragens políticas, que não lhe alterando o sentido, lhe aumenta o interêsse, sem que diminua a verosimilhança, constituindo um antídoto contra a peçonha da falsidade, uma espécie de hino à verdade e uma constante aspiração que tem por fim o bem dos povos e por base a experiência dos séculos, a razão e a justiça.

E por isso sem alarde pode dizer-se que desenhando

com tôda a probidade histórica, a fisionomia dos homens valorosos, ilustres e notáveis pelos seus feitos, e que suportando o peso de luta no tempo de aflições contribuiram para o patriótico registo dessa documentação, o pincel há de abraçar magníficos paineis e cenas de profunda lição.

E assim no decurso da exposição dêste meu estudo, feito com trabalho e lida diligenciarei ter bem presente a excepcional circunstância de que tenho a honra de falar no seio de um grémio científico, onde a superior mentalidade irmanada com o lídimo patriotismo se pressupõe, excluindo por completo o cançado artifício retórico.



VASCO DA GAMA

(1497-1499)

O ínclito argonauta, que domando a bravura do Atlantico e do Índico, cortando-os enèrgicamente na distancia de mais de três mil léguas, logrou a glória de, no dia 20 de maio de 1498, lançar o ferro das naus da sua armada no pôrto da soberba cidade de Calecut, traduzindo em um facto estupendo o descobrimento do caminho marítimo para a Índia

II

CONTEMPLANDO esta assembléia composta de eminentes vultos, a quem rendo as minhas homenagens, e tão diferente das que ordinàriamente se costumam ajuntar entre nós, é impossível deixar de ocorrer-me ao pensamento de que estou falando aos portugueses de lei aqui reünidos, não com o espírito de uma vã curiosidade, mas com o sincero desejo de ouvir a verdade; o amá-la é quási tê-la conhecido.

Dirigindo-me portanto, ao raciocínio de espíritos de alta envergadura intelectual e por isso habituados aos métodos práticos e positivos, traçarei em esboço rápido mas fiel e verdadeiro desde a época dos descobrimentos e conquistas a contar das grandes e científicas viagens dos navegadores portugueses do seculo XVI que foi para Portugal o que para Roma foi o século de Augusto, até ao presente, as causas determinantes superiormente coordenadas e disciplinadas da nação, que motivaram a fundação em Lisboa da antiga Casa da Índia — essa pedra inabalável, rochedo inconcusso, entre as fluctuações dos homens e das coisas, sempre antiga e sempre nova, e ainda apontarvos-hei os vestígios inapagáveis da sua influência bemfazeja através dos séculos, efeito que denota um esfôrço patriótico, solicitude que só se explica por um objectivo fundamentalmente português; tanto mais que usa muitas vezes dar-se nomes novos às coisas... e coisas novas aos nomes.

Mercê de Deus, Portugal não precisa de invejar alheias glórias nem deturpar as próprias; e daí com a serenidade que se aprende na contemplação das cenas grandiosas, que não se imitam nem se pintam; mas descrevem-se só uma vez e que ensinam as nações civilizadas a combaterem em luta generosa, empregarei, consoante os meus conhecimentos, os meios conducentes para chegar ao fim de poder já divulgar êste meu estudo, não pela valia do trabalho, mas pela qualidade do assumpto no qual aprendi muitas coisas que ignorava e contar-lhes tanta coisa interessante, de modo que o estejam vendo, e que constituem o mais rico tesoiro das lições históricas de palpitante interêsse para todos os portugueses e principalmente para aqueles que pela sua situação especial se consagram mais de perto à solução de problemas administrativos, políticos e económicos do nosso grandioso ultramar, não esquecendo da conferência de Berlim de 1884, que estabelecia, contra o direito das gentes, a dissolvente doutrina que presidiu à partilha da África, segundo a qual de nada valiam as descobertas, conquistas ou domínio passado sobre tudo na actual difícil conjunctura assaz delicada da história colonial de todos os povos, em a qual, no meio de aparências até de amisade, pairam não raras vezes ambições extranhas sôbre os nossos riquíssimos domínios de Além-Mar: sendo caso para dizer como outrora dissera Laoconte, o grande heroi troiano *Timeo Danaos et dona ferentes*. E de facto quando a bebida é mortal, que importa ser ela apresentada em uma taça de oiro?

Partindo, pois, dêste princípio e procurando, a sombra da justiça e da verdade, acertar sempre, mirarei a

êste alvo, para não deixar de todo o coração na aridez das coisas políticas, nas quais é fôrça apertá-lo até endurecer para que no-lo não quebre o egoismo duro dos que mais carregam onde acham mais brando, ferem com menos dó e com mais covarde valentia onde acham menos armado.

É necessário portanto arrancar da invencível vontade a energia precisa, para com a lucidez mais profunda, com a firmeza mais viril, com a coragem mais heróica encarar êsse assunto e não afastando do fio tradicional da grande alma portuguesa, manter íntegro o justo critério porque se julgam os homens e os factos.

Não sei se poderei com minhas fracas fôrças fazer triunfar a verdade; mas o que sei, é que a minha alma deseja com maior ardor, que a verdade refulja em tôda a sua plenitude e imperativa soberania. As paixões podem muito bem sublevar-se contra ela; mas a sua mesma agitação é homenagem rendida à sua presença: com as nuvens de subtilezas e de sofismas, bem podem obscurecer a sua luz; mas nunca podem extingui-la, nem impedir que se nos mostre de quando em quando: é como o sol, que vibra os seus raios através dos sombrios vapores da terra e se mostra ao olho deslumbrado com seu disco brilhante.

A grandesa moral da causa que vou expor não precisa de rodeios, nem de astúcias de uma dialéctica artificial. A minha marcha será recta e franca, como a própria verdade. Remontar em cada uma das proposições ao princípio das coisas; tirar delas as conclusões; expôr e resolver as objecções, tal será o meu modo de proceder: a verdade não receia o dia claro, pelo contrário gosta de mostrar-se, e ser vista; ela convida ao exame e até o ordena: sentindo-se ultrajada com o orgulho do falsificador, ela não se julga honrada com a submissão de uma estupida credulidade.

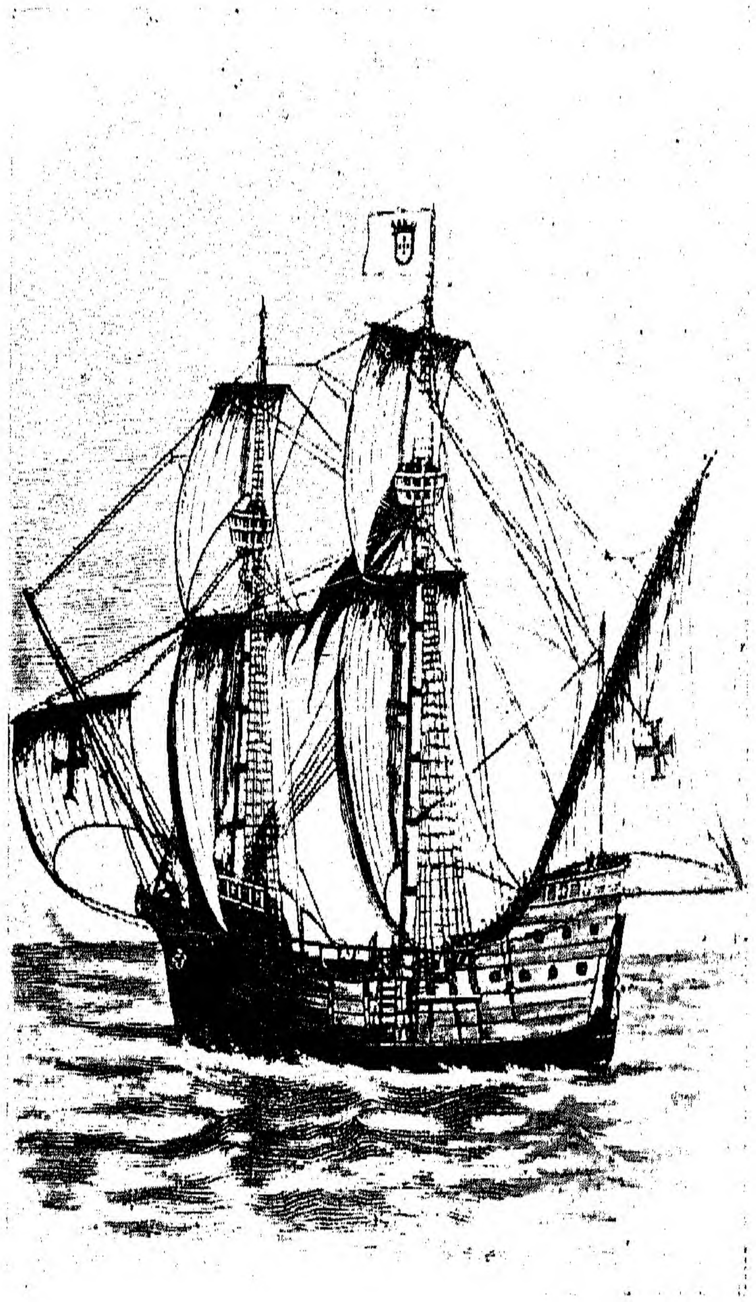
O meu fim é firmar com o meu grãosinho de pó no meio desta benemérita Sociedade, defensora indefectível do nosso Império Ultramarino, o trono da verdade—

Amicus Plato, Amicus Aristoteles, magis Amica Veritas — e ligar aos que fazem o favor e a honra de me ouvir à verdade pelos laços de convicção a mais reflectida e a mais profunda, de sorte que não se apartem desta ilustre assembléia sem levar em suas almas a persuasão de que eu disse a verdade como eles diriam e tantas vezes têm dito.

Por extranhas que estas cousas nos pareçam hoje, não pareceram aos nossos exímios cronistas, que com o ritmo próprio deles enriqueceram com o consideravel poder de estilo e uma língua cuidadosamente trabalhada, correctíssima, de uma grande nitidez de detalhe e do mais genuino sabor vernáculo, a brilhante história portuguesa, com reflexo de cuja imarcessível glória, ainda se doira o presente da nossa grandeza, pondo em relevo a sua importância literária e científica, que representa um autêntico repositório e como tal um inexpugnável baluarte documentário das nossas primordiais relações com o Oriente na resolução das crises inesperadas e formidáveis.

Posta esta verdade que em tôda a parte e muito mais nesta Sociedade da culta mentalidade portuguesa se deve supor sem controversia, acomodando-me a solenidade desta Sessão, direi que o assunto é na aparência difícil, não por sua aridez pois é muito interessante, mas ao inverso pela sua mesma superabundância; e daí sem me iludir sôbre as dificuldades da empresa, nem sôbre os requesitos que me faltam para o seu bom desempenho, versarei o assunto meditado com muito afincada atenção, demonstrando até a evidência os muitos e inesquecíveis serviços da heróica Nação Portuguesa à causa da civilização; tanto mais que o edificio da nova civilização vai-se erguendo sôbre os fundamentos da civilização antiga, transfundindo-se e recompondo-se os desgastados materiais.

Hoje em dia, em que todos os que se sentem altivos de pensar e de reflectir buscam aprofundar a basilar questão de educação da justa e científica administração das



O Navio Almirante, que fez parte da armada em que
Vasco da Gama foi á Índia e se chamava S. Rafael, pela
profunda devoção que o famigerado argonauta votava á imagem
do Arcanjo S. Rafael, venerada no Alentejo
em uma capela perto da Vidigueira,
terra da qual, á volta da sua primeira gloriosa viagem,
foi nomeado Conde

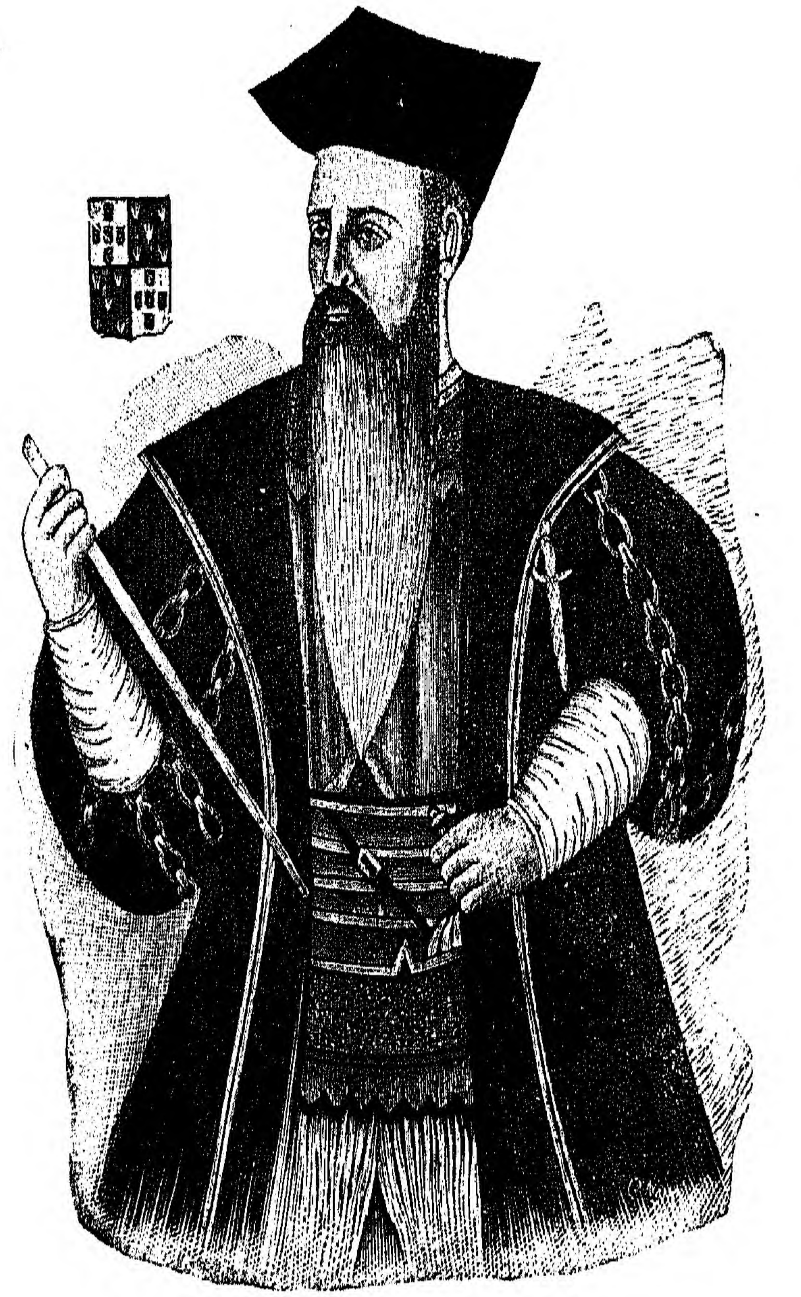
terras de Além-Mar, inútil será insistir na importância dêste assunto, que semelhantemente à esperança, não pode envelhecer, e que, como a infância, nunca perde o encanto que sôbre nós exerce.

E por isso com tôda a veemência do desejo reclamamos para a Sociedade grandes homens que sejam os seus contrafortes, que tenham estudado o passado, que conheçam o presente e que saibam ler no futuro, não hesitando um momento em defender contra tôdas as agressões injustas os direitos da sua pátria. Que valor não devemos pois ligar ao que forma os grandes homens — a educação da científica e justa administração, propulsora da grandeza dos povos?

E êste o centro em torno do qual gravitarão as idéias que me cumpre tocar para demonstração do meu têma, que pelo honroso e obrigante convite da benemérita Sociedade de Geografia escolhi e que mereceu a sua plena aprovação; e daí o mais sucintamente e o melhor que possa considerarei:

1.º — O que Portugal já fizera com a científica e a única documentação de todo o mundo, cuidadosamente arrecadada na antiga Casa da Índia em Lisboa, em benefício da humanidade, antes de qualquer outra nação europeia, e

2.º — O que com essa documentação ainda fará de útil e proveitoso, tirando do inexausto scrínio dessa documentação e entornando a flux sôbre o mundo todos os bens.



AFONSO DE ALBUQUERQUE — 2.º GOVERNADOR DA ÍNDIA

(1509-1516)

O insigne Capitão-mór, que as poderosas Nações reconhecem como sendo o maior conquistador, o clarividente homem de Estado, o genial Fundador e Pai do magno Império Português no Oriente

III

PARA se avaliar devidamente todo o alto significado da fundação da antiga Casa da Índia em Lisboa, torna-se indispensável conhecer o que àcêrca da milenária Índia e das coisas que lhe dizem respeito tão copiosa quão magistralmente está registado em valiosos e indestructíveis documentos.

Todos os sábios são concordes em dizer que a Índia foi não só o berço da civilização que hoje gosa a humanidade culta; mas também a precursora da ciência, das artes, da poesia, da história, da séde das primeiras monarquias e da filosofia, que na Índia é cheia de símbolos e de ritos, porque se desenvolve no seio daquele povo, onde domina o sentimento da gloria e do entusiasmo — e onde a fecunda a superior mentalidade de um povo, participando de alguma coisa de eterno e de infinito, não incluiu no Código fundamental, porque devia reger-se — a pena de morte pela profunda convicção em que estava de que o dar e tirar a vida era atributo privativo de Deus Creador e não do homem creado — exarando pelo contrário nesse mesmo Código, mil e quinhentos anos antes da era vulgar, a fórmula do modelar ensinamento, burilada com as seguintes enternecedoras palavras e posta na boca das mãis educadoras desse povo: *Meus filhos sede tão bons, como a árvore de Sândalo, que ainda perfuma o machado de quem a vai cortar.*

É extenso o catálogo da civilização Indo-Árica, minunciosa será portanto a descripção dos documentos, que o constituem; por que são êles a sua biografia. E, se aos trabalhos constitutivos dêsse catálogo, adicionarmos tantos outros de não menor esplendor, archivados nos anais bibliográficos, lavrados em valiosos documentos, escritos em livros, e ouvidos de cadeira de mestre, pasma na verdade, que essa civilização tivesse contribuido para a civilização de tantos outros povos, incluindo os da América; — pois os sábios, com referência aos arquivos históricos muito autênticos, e gigantescos monumentos ainda de pé, que atestam a alta antiguidade e uma civilização assaz adiantada dos Incas (Peruvianos) e dos Azteques (Mexicanos) dizem, que os povos da América, que depois caminharam ràpidamente na carreira da civilização, descendiam dos povos asiáticos septentrionais de origem indo-árica, que tinham abordado ao novo mundo passando quási a pé enxuto por sôbre os gelos do estreito de Behring.

Referindo-se à Índia, escreveu Flávio José: que de três em três anos era visitada pelos navios do sábio monarca da Judéa, fazendo a carreira da Índia e transportando os diamantes, as pedras preciosas, os pavões, o oiro, a prata e tôda a espécie de objectos de arte e de valor, que três mil anos antes da era vulgar tinha comércio com a Babilónia e exportava tecidos feitos à mão de lindas musselinas para o Egipto no tempo dos faraós, adquirindo pela sua alta cultura científica, pela sua agricultura e pelas suas indústrias uma riqueza fabulosa, tendo ainda antes de Alexandre Magno, Salomão traçado o plano de crear a unidade das nações Asiáticas, pelo abraço fraternal da ciência, das artes e do comércio, tornando Jerusalém o empório das caravanas e Palmyra edificada nos desertos da Arábia, servindo para a cómoda estação no caminho da Babilónia — e como diz o grande historiador inglês Lord Macaulay: «tinha cidades maiores e mais importantes do que Saragossa ou Toledo, arquiteturas custosas e maravilhosas do que a Catedral de Sevilha, banqueiros mais ricos do que as mais ricas firmas de Barcelona ou Cadiz, rajás cuja côrte era superior à do Fernando, o Católico, e cavalaria e artilharia que podia surpreender os maiores capitães.»

Como de facto, Porus, potente e belicoso rei da Cambaya, aceitando o repto de Alexandre Magno, o surpreendeu fazendo-lhe frente com um exército de 50.000 combatentes, e de 130 elefantes; — de sorte que o heroi Macedónio vendo nas margens do Hydaspa, esquadrões, armas e elefantes, arremete a eles com estas palavras: *Tandem par animo meo periculum video, cum bestiis simul, et cum viris egrejiis res est* e com as suas falanges ou corpos de infantaria, envolve Porus, que os esperava pela frente, em um quadrado, e o prende, senhoreando-se do seu reino e de seus tesoiros.

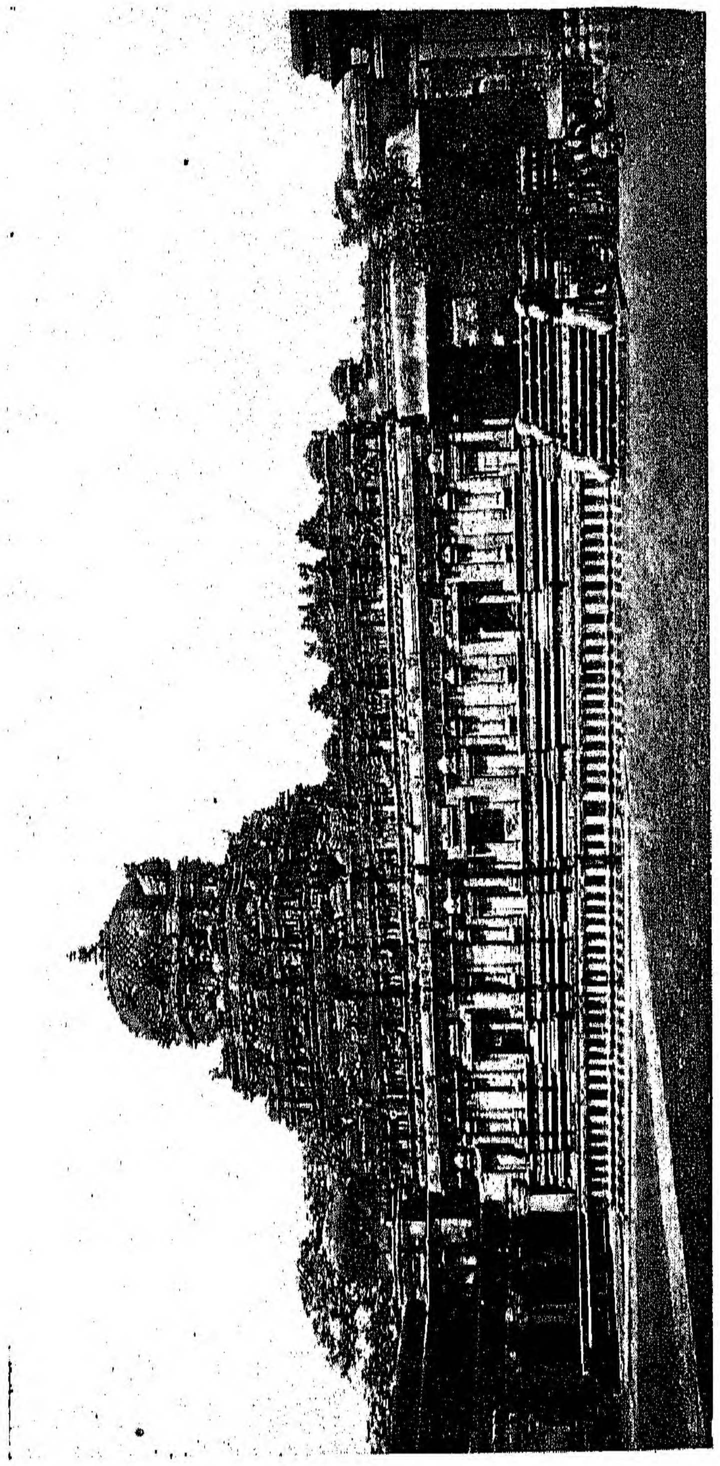
Em face dêsse desastre inesperado, Porus feito prisioneiro e conduzido à presença de Alexandre, o apostrofa com tôda a sua altivez real, embora vencida, e lhe dirige a seguinte fala: «Se em vez de eu ser o teu prisioneiro, tu fôsses o meu, eu saberia tratar-te como se devem tratar as pessoas da nossa categoria». E tendo Alexandre perguntado, como ele queria que fôsse tratado — «Como Rei respondeu Porus». Admirado Alexandre desta resposta o tratou não só como Rei, mas ainda restituiu o seu reino e mais os tesoiros que lhe havia tirado.

A característica do vencedor sôbre o vencido foi sempre o domínio.

Raros actos se encontram na história em que um exemplo de abnegação, chegue a afirmar uma grande vitória. E os seres humanos não tiveram evolução melhor, do que a nobre e galharda atitude de Alexandre o qual pelo seu ânimo grande e generoso aborrecia a lisonja, e quando Aristóbulo, compoz um livro, cheio de mil lisonjas, sôbre a vitória, que Alexandre Magno alcançara de Rei Porus, e o ofereceu àquele príncipe. Tomou ele o livro, e tendo lido algumas páginas, o lançou ao mar, dizendo: «Bem merecia o autor semelhante castigo».

Heeren escreve: a Índia foi a origem, donde não somente o resto da Asia, mas também todo o mundo ocidental derivou os seus conhecimentos; *Wilson* confirmando essa asserção acrescenta: «É aos indús que devemos olhar para a origem de tudo quanto interessou e recreou os nossos avós e a nós mesmos em todos os ramos do saber humano» e *Hawell* fazendo a história do domínio ariano na Índia não hesita em afirmar: «Será surpreza para muitos o saber que os arias tiveram o perfeito conhecimento dos regimens representativos sob a forma monárquica ou republicana, e onde houve ainda exemplos de monarquias electivas e que a Mãi dos parlamentos do Ocidente teve na Índia antes do VI século da era vulgar um parente ariano com fortes traços de família e que os seus descendentes gosaram de grande prestígio ao tempo da conquista dos normandos.» Os antigos e modernos investigadores, concordam sem discrepância, que de todos os paizes de antiguidade nenhum é mais digno de reflectido estudo do homem, que a Índia em tôdas as suas manifestações e em todos os seus períodos desde os tempos primitivos — êsse país em que no dizer unânime deles já floresciam as ciências e as artes, com o maior esplendor, e em grau de perfeição notável, quando ainda o Egito e a Grécia não tinham nome, nem se sabia, onde havia de ser o berço de Roma.

O facto dominante de últimos cincoenta anos, na ordem científica tem sido a renovação do alto estudo da Índia ariana, que ocupa um lugar muito considerável no movimento do espírito humano entre os séculos de remota



O sumptuoso templo indú «The Subramanier Temple» com a sua magestosa cúpula, existente na cidade de Tanjoure, (India Inglesa) antiguidade integrada primacialmente no quadro geral das grandes civilizações. — *Goethe*, que bebeu na fonte cristalina de literatura universal, seguindo com maior interêsse os grandes cerebros da antiguidade indiana, escreve: «A Índia foi o foco de uma grande luz e a Mãi de muitas civilizações, produzindo explendidos modelos da ciência, da literatura, das artes, da poesia e da filosofia», e o nosso grande estadistá Julio de Vilhena, falando da Índia disse: «Como tudo isto é divinamente sublime!»

Os profundos estudos de *Colebrooke*, de *Schelegel*, de *Eugenio Bournouf*, de *Foucaux*, de *Lassen*, de *Max-Muller*, de *Weber* e de tantos e tantos outros, fazem emergir dêsses estudos históricos e arqueológicos raios luminosos e reconstituem linha por linha a história da Índia em todas as suas manifestações e em todos os períodos, desde os tempos primitivos até ao presente.

Entre as monumentais obras publicadas nestes últimos tempos, sôbre a antiga cultura indiana, destacam-se em superior interêsse: a *Archeological Survey of India*, as *Inscriptions of the early Gupta Kings*, os *Sacred Bocks of the East*, a *Indian Antiquary*, a série dos *Rulers of India*, e as *Sellections from the Letters, Despatches and other States Papers preserved in the Foreign Department of India*, demonstrando com tôda a sua autoridade nêsse assunto os acontecimentos mais consideráveis que marcam os períodos decisivos da antiga civilização Indo-Árica, tornando êsses pontos fixos pelos testemunhos irrecusáveis.

Tão èminentes investigadores de sólida instrução e rara tenacidade no apuramento do que havia sôbre a Índia antiga e medieval, uns explorando as múltiplas fontes de investigação, outros reconstituindo sôbre os dados colhidos a verdadeira história e aos quais era familiar a história antiga e moderna de todos os países, e que estavam a par com o que havia de moderno e mais completo, certamente não encareceriam nesses termos e na sua qualidade de sábios, o resultado dos seus profundos e comparados estudos relativos à mentalidade Indo-Árica tão adiantada dando-lhe a primazia em filosofia, em poesia, em economia, em indústria, em administração e em todos os ramos do saber humano — se tudo quanto êles escreveram não tivesse o cunho de sua incontestável autoridade e universalmente aceita probidade científica.

Em vista disto, ocorre perguntar a qual dos três tipos orgânicos fundamentais do homem — isto é, o homem branco, amarelo e negro, e que, segundo asseguram os sábios, teve a sua origem na Ásia central e se propagou pelos vários países, pertenceria essa gente da Índia?

Sabe-se que os homens brâncos, que invadiram a Europa tanto nos tempos prehistóricos como nos tempos históricos pertenciam à raça ariana ou caucásica e vieram da Ásia central, onde o homem apareceu pela primeira vez em que a Escritura Santa localiza o berço do género humano e onde se falavam as diversas línguas do globo pertencentes a três formas fundamentais: as línguas *monosilábicas* nas quais cada palavra é apenas formada por uma sílaba; as línguas *aglutinátivas* em que as palavras se juntam umas às outras; e as línguas de *flexão* que são faladas na Europa e na Ásia, e nas quais uma mesma palavra, pode um grande número de vezes ser modificada para exprimir diversas gradações do pensamento, para traduzir as mudanças de tempos, de pessoas, de situações e compõem-se de uma série de termos diferentes pouco numerosos em si; mas tendo modificações de desinências verdadeiramente inumeráveis.

Portanto em volta do planalto central da Ásia, encontravam-se como ainda hoje se encontram, não só os três tipos físicos fundamentais da espécie humana, mas também os três tipos das suas línguas.

A linguagem é pois a expressão de inteligência mais elevada: «Os animais têm a voz, disse Aristoles, só o homem, seja êle branco, amarelo ou negro, possui a palavra.» Nada mais justo do que êste pensamento do imortal filósofo grego.

E, posto que hajam grandes dessemelhanças nas diferentes línguas hoje faladas na Europa, estas línguas têm todas íntimas relações com o Sanscrito, a língua dos antigos livros védicos do Hindustão, a chave indispensável dos arcanos da glotologia e da filologia comparada de todos os povos da língua e literatura indo-europeia.

O parentesco do Sanscrito com as principais línguas da antiguidade clássica e modernas da Europa, foi notada muitos anos antes de outros orientalistas pelo sábio missionário jesuita francês Padre Coeurdoux, durante o seu apostolado na Índia.

O descobrimento do Sanscrito (para Europeus diz *Hegel*» é um facto tão importante como o da América). Tal é pois a importância desta língua admirável; que *Wiliam Jones* achou «mais perfeita que a grega, mais copiosa que a latina, e mais esmeràdamente polida do que uma e outra.» *Asiatic Ressearches* Vol. 1.º pág. 422.

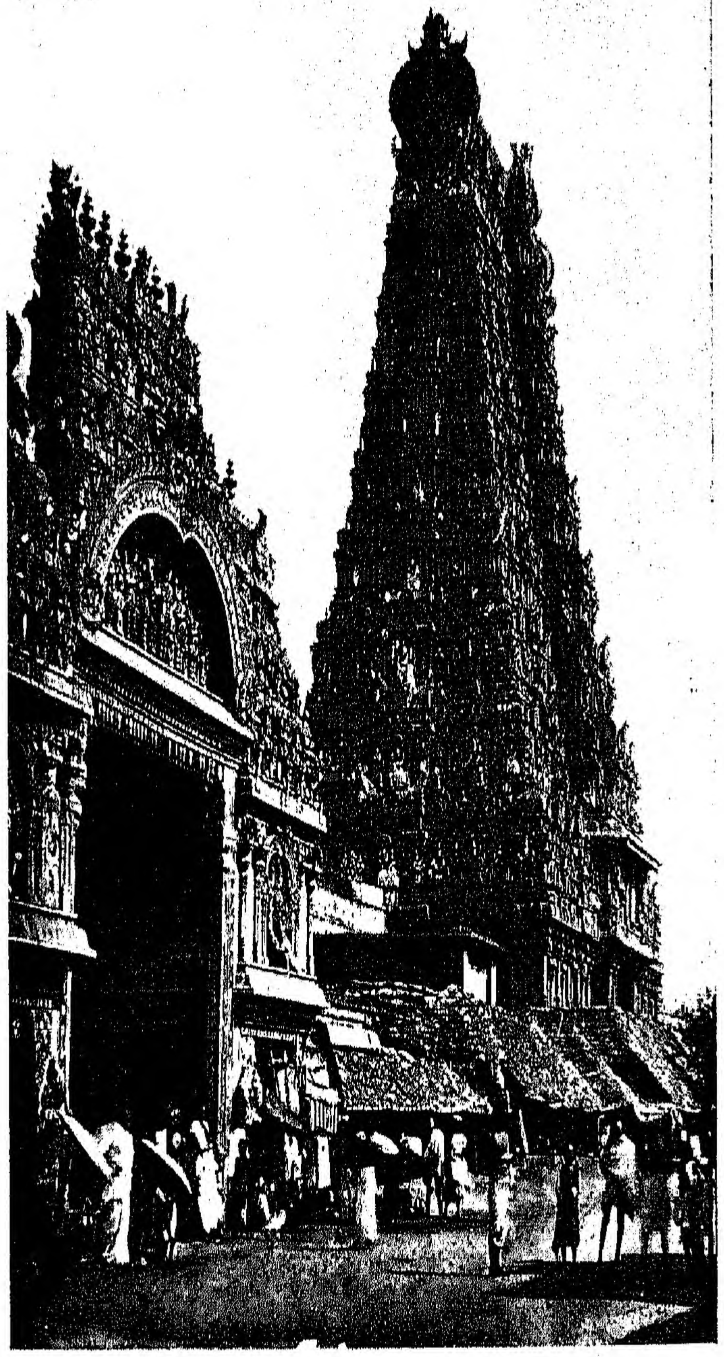
E a analogia das línguas europeias com o Sanscrito «língua das línguas como a chama Max-Muller» juntamente com a remota antiguidade de monumentos arquitectónicos do Industão, leva a crer que uma parte dos habitantes da Europa sejam originários da Índia. E dessa origem se blasonam, além de muitos outros, os intelectuais indo-germânicos. A linguística comparada mostra que os germanos, com os indús e os persas, greco-itálicos, os celtas e os leto-eslavos pertencem à raça chamada árica; o que resulta ainda com maior evidência da comparação das instituïções administrativas e jurídicas dêstes povos, que corroboram as afinidades linguísticas e a ordem porque se sucederam na Europa as diferentes migrações áricas.

Bastam estas ligeiras considerações para se depreendér que na Índia se encontrava, como se encontra ainda hoje, se não tôda, muita gente pertencente à raça ariana ou caucásica com todos os traços característicos que distinguem essa raça, isto é — de beleza oval da cabeça, nariz direito, bôca regularmente fendida, lábios finos, dentes verticalmente dispostos, olhos grandes bem abertos e aformoseados pelas sobrancelhas arqueiadas, testa proeminente, face bem pronunciada, cabelos lisos, compridos e abundantes, mas de côr mais ou menos escura.

A côr da pele é um indício muito cómodo para caracterizar as raças pois que tem a vantagem de impressionar a vista; mas é necessário não exagerar a sua importância scientífica, o que de certo não prejudica a sua origem, pois muitas vezes a côr dos Árabes é tão escura que chega a parecer negra e todavia possuem caracteres os mais puros da raça branca ou caucásica. Os Abissínios posto que muito trigueiros, não pertencem à raça negra.

Na raça branca há muitos indivíduos que têm uma côr amarelada e por vezes escura e todavia pertencem à raça branca; como há também, segundo os sábios antropologistas, espalhados na Europa uns dez milhões dos mongoloides e negroides, completamente brancos e loiros até na côr, mas com as características pronunciadas e determinantes dessas raças; o que vem demonstrar scientificamente de que existe uma única espécie de homem no mundo e é fisiològicamente provada pela completa fertilidade entre os tipos de homem existente.

Êste basilar princípio de unidade da espécie humana tinha sido já preconizado pela Bíblia Sagrada muito antes das scientíficas investigações dos antropólogos modernos que o confirmam, pois S. Paulo no Areópago de Atenas disse: «*Deus de um só sangue fez nascer todo o género humano*». Actos dos Apóstolos, Capítulo XVII, Versículo 23. Vê-se daqui e claramente que o Filho de Deus restituiu à humanidade os seus títulos, prégou a igualdade, a fraternidade e a justiça. A sua vida explica a doutrina, e a sua morte confirma a palavra. Modêlo de paciência e de bondade — a lei de amor e o código da



Uma tôrre arquitectónica do maior templo indú «The Great Gopuram» que há na cidade de Maduré (Índia Inglesa) igualdade — o perdão e a esperança — sobem com êle à Cruz, absolvendo os mesmos algozes; «*Pai, perdoa-lhes: porque não sabem o que fazem*». EVANGELHO SEGUNDO S. LUCAS, CAPÍTULO XXIII, VERSÍCULO 34. Caíram à sua voz as barreiras dos climas, das côres e das raças. A fraternidade universal proclamada do alto do Calvário, infiltrou-se nos costumes e nas leis. O género humano apareceu um.

Além disso a côr dos tegumentos é difícil de diferenciar, pois que tem gradações custosas de distinguir provenientes do clima, do uso e dos costumes, as quais muitas vezes aproximam tanto umas das outras que chegam a confundir.

Baseando pois, na observação dos caracteres somáticos nos podemos distinguir alguns tipos antropológicos em todos os países, ressaltando de uma maneira frisante a grande fusão de raças e povos, operada no mundo com o decorrer dos séculos.

A história e a linguística por seu turno confirmam em grande parte os ensinamentos da antropologia relativos a essa mistura dos tipos étnicos.

IV

LANCEMOS agora uma vista geral para os grandes centros e rótas comerciais da Índia, cujo nome tamanhas recordações disperta no espírito dos portugueses, e onde a par das maravilhas do seu génio, os produtos das suas fadigas, as memórias do seu passado, e tanto monumento das suas glórias, estão inscritos os maiores nomes de Portugal!

A excepcional configuração da Índia, limitada pelo Himalaia, pelo mar e pelo Indús com o percurso de 3.100 quilómetros lançando-se por um vasto delta no golfo de Bengala, e que tem uma área calculada em um milhão e quinhentas mil milhas quadradas, estendendo-se desde o Gates ao norte, até ao Cabo de Comorim ao Sul, concorria a tornar êsse País muito vantajoso e apresentava os seus caminhos terrestres e as suas praias por onde um dia haviam de ser transportadas para a Europa, não só as suas especiarias e mais a sua fabulosa riqueza, mas também os vastos conhecimentos scientíficos em todos os ramos do saber humano e que recebidos com o maior esmero e cultivados com grande engenho e capacidade, tornaram esta parte do mundo quási senhora do Globo; a-pesar-de ser de todas elas a mais pequenã, pois tem apenas novecentas léguas de comprido e oitocentas de largo.

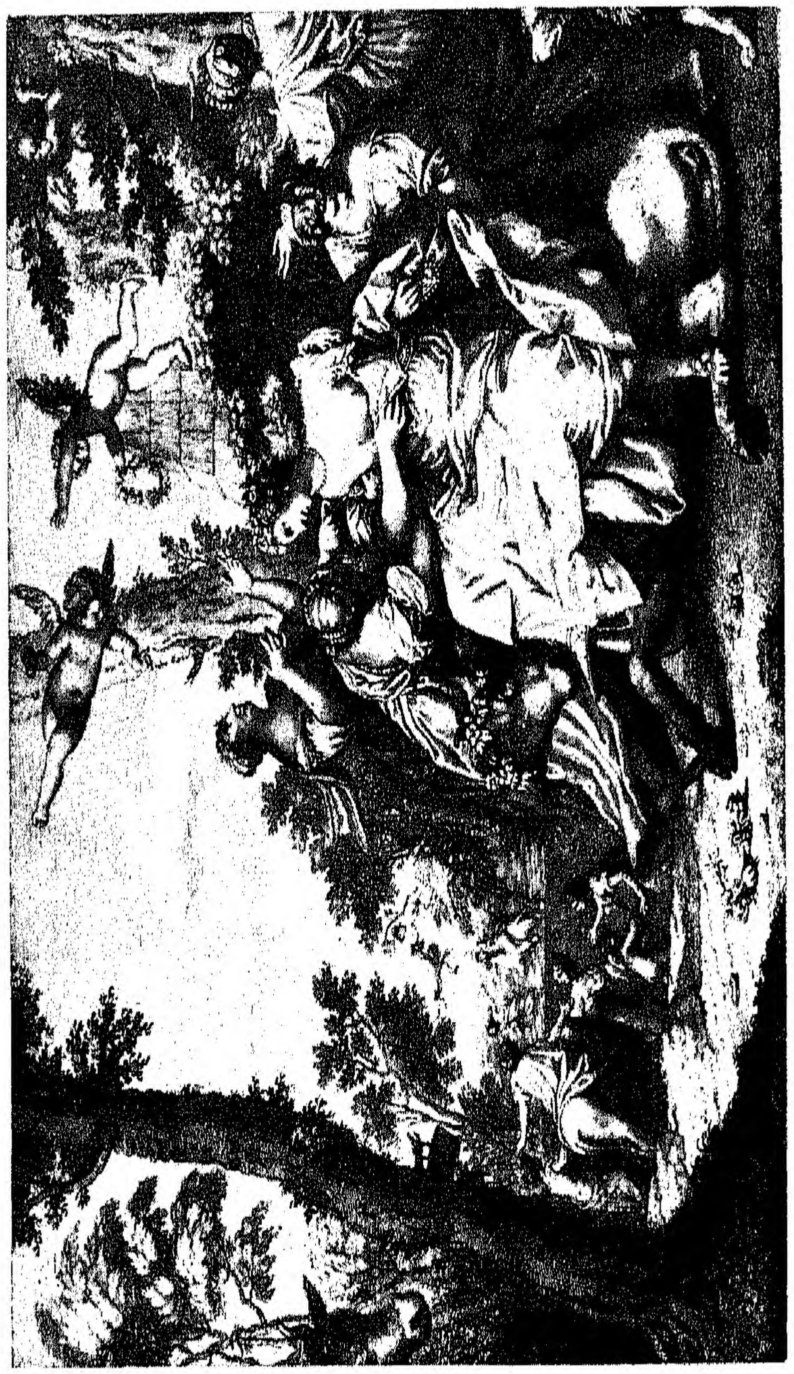
A Europa esta parte do mundo, é assim chamada de uma Princesa do mesmo nome, filha de *Agnor* rei de Fenícia, a qual pela sua rara formusura roubou *Actério* rei de Creta, transportando-a em um navio chamado *Tauro*. O que deu ocasião à fábula inventada pelos Poetas de que Júpiter transformado em Toiro roubara a formosa *Europa* e montada sôbre êle, sulcando os mares aportara à Ilha de Creta mui célebre pelo adôrno de cento e dez cidades, que ainda há poucos anos se povoavam.

O rio *Thanais* separa a Europa da Ásia, o qual discorre dos Montes *Rifeos* ou da Lagôa *Meotis* como elegantemente cantou o Poeta Lucano — Lib. 3.ª

Europam, atque Asiam Thanais disterminat amnis
Hic Sarmatis evolvens finibus alta
(Scissus Aráxoes prius aequore) jam unus unda
Effluit in Scythiam procul Maeotida Thetim
Intrat, e inserto freta pellit vasta fluento
Quã Craeso fatalis Italis, quã vertice lapsus
Riphaeo Thanais diversa nomina mundi
Imposuit ripis Asiae que, et terminus idem
Europae mediae dirimens confinia terrae

O mar mediterrâneo divide a Europa da África. Os Cosmógrafos pintam a Europa em figura de uma formosíssima Donzela, primorosamente ornada: na mão direita a *Cornucópia* cheia de variedades de frutos e espigas de trigo e junto a si uns cofres cheios de muitos tesoiros e de muitas corôas, na cabeça a Tiara Pontifícia e na mão esquerda uma Custódia e duas chaves pendentes.

A Europa, esta singular península cinzelada, como por mão de artista, na extremidade da Ásia, acumulava o



RAPTO DA EUROPA

Reprodução de uma gravura antiga de Paulo Caliari Veronese,
«Il Ratto di Europa, Nell' Anticollegio del Veneto Palazzo Ducale,
con privilegio dell' Eccmo Senato»

grande ideal de expansão e foi êsse ideal que lançou os seus audazes e aventurosos filhos nos caminhos do mar; e daí tentou Trajano, cujos talentos e virtudes o fazem reconhecer por todos os historiadores, como um dos grandes Imperadores, não só restabelecer o explendor de que Roma gosou no tempo de Augusto; mas quiz estender o domínio romano até à Índia, indo pelo rio Tibre, mas excluiram-no as ondas soberbas do Mar Índico.

Os suaves cantos de Homero, Orfeu, Apolínio e outros poetas antigos, engrandeceram com extranhas admirações as viagens de Ulisses e de Jafão, uma desde o Helesponto até Cecília, outra de Tessália até Colcos, em distâncias pouco mais de tresentas léguas, navegando sempre à vista da terra, na qual se podiam cada dia e noite abrigar das tempestades e prover de mantimentos

Que diriam, a saberem da estupenda viagem portuguesa?

Do amor aos grandes cometimentos, ao insaciável desejo de pô-los em prática a distância é mínima.

Ao Infante D. Henrique haviam-se devido os primeiros trabalhos e tentativas que prepararam o descobrimento da Índia: Dom João II fundara na África o império português e deixara ao seu sucessor Dom Manuel abundantes materiais para o estabelecimento na Ásia.

Vencer arrojàdamente essa distância foi constante preocupação de Vasco da Gama, que dando a têmpera de aço à sua energia e à sua preserverança e subjugando com indómita valentia tôda a sorte de iminentes perigos e ainda a conjura da tripulação que dizia que eles eram muitos e Gama só um, e que não queriam precipitar-se a olhos cerrados na morte, apoderou-se dos conjurados e fe-los carregar de cadeias, seguindo audazmente a sua rota; — e precisamente quando a vitória dos turcos fechando o caminho da terra, que levava aos tesoiros da Índia, ameaçava dominar a Europa — empreendeu e conseguiu desde o Ocidente até ao Oriente a maravilhosa viagem, traduzindo num facto imensamente grande o descobrimento do caminho marítimo para a Índia; a qual viagem só vista na carta de marear, bastava para confundir os mais agudos juizos e a estremecer os mais destemidos corações.

Não se acha exemplo igual, nem semelhante nas histórias nem ainda nas fábulas dos gregos e romanos.

Tem pois tôda a razão o nosso Épico, quando no Canto II, Estância LXXX se refere aos motivos nobres que inspiraram essa viagem:

> Não somos roubadores, que passando
> Pelas fracas cidades descuidadas
> A ferro e a fogo as gentes vão matando
> Por roubar-lhes as fazendas cobiçadas;
> Mas da soberba Europa navegando
> Imos buscando as terras apartadas
> Da Índia grande e rica, por mandado
> De um rei que temos, alto e sublimado.

Infere-se daqui e sem rodeios, que a primasia do contacto da Europa com a Índia estava reservada aos portugueses, predestinados para com os seus ousados cometimentos e heroicas temeridades, transportarem preciosas informações históricas e scientíficas, explicando e completando de um modo claro e seguro, tudo quanto até ali era confuso, e provarem que o máximo serviço feito ao mundo, que já era velho e não se conhecia, fizera-lho Portugal, firmando não só a sua inextinguível glória mas ainda servindo para o engrandecimento dos outros povos da Europa.

Portugal aventurando-se aos *mares nunca dantes navegados* e confiando-se a uns frágeis lenhos, não vê senão abismos debaixo de seus pés e o firmamento acima da sua cabeça; a sua atenção se concentra, as suas faculdades se avivam, o seu espírito se fortifica e as suas idéias se depuram; e daí manda alargar seus senhorios, dilatar as fronteiras do mundo e rasgar novos caminhos à civilização, ao comércio, à ciência e também à fé, à prégação evangélica, à verdadeira e Santa Religião de Jesus Crucificado.

Os homens que se aventuram ao mar, logo na primeira hora de contemplação sentem que se opera em tôdas as suas faculdades uma irresistível e profunda crença em Deus, e nas suas aflições recorrem ao Árbitro dos destinos humanos, imploram o Supremo Consolador dos Aflitos.

Bias navegava no Arquipélago com alguns ateus. Sobreveio uma grande tempestade e os detractores do Ente Supremo se puzeram de joelhos a invocá-lo. Calai-vos, lhes disse irònicamente o sábio, que têmo, que Êle perceba que vós ides aqui.

Mas qual era o fim primordial dos portugueses nesta interpresa? Se o objectivo comum de todos os povos consiste em se manterem e perpetuarem; se todos devem atender a conservação e prosperidade dos cidadãos, também cada povo parece ter o seu génio e carácter e propor-se um fim particular.

Por isso Esparta formava guerreiros, Roma conquistadores, e Cártago comerciantes e marinheiros. Geralmente quando os legisladores da antiguidade chegavam a formar um povo rico e florescente tinham preenchido a sua tarefa.

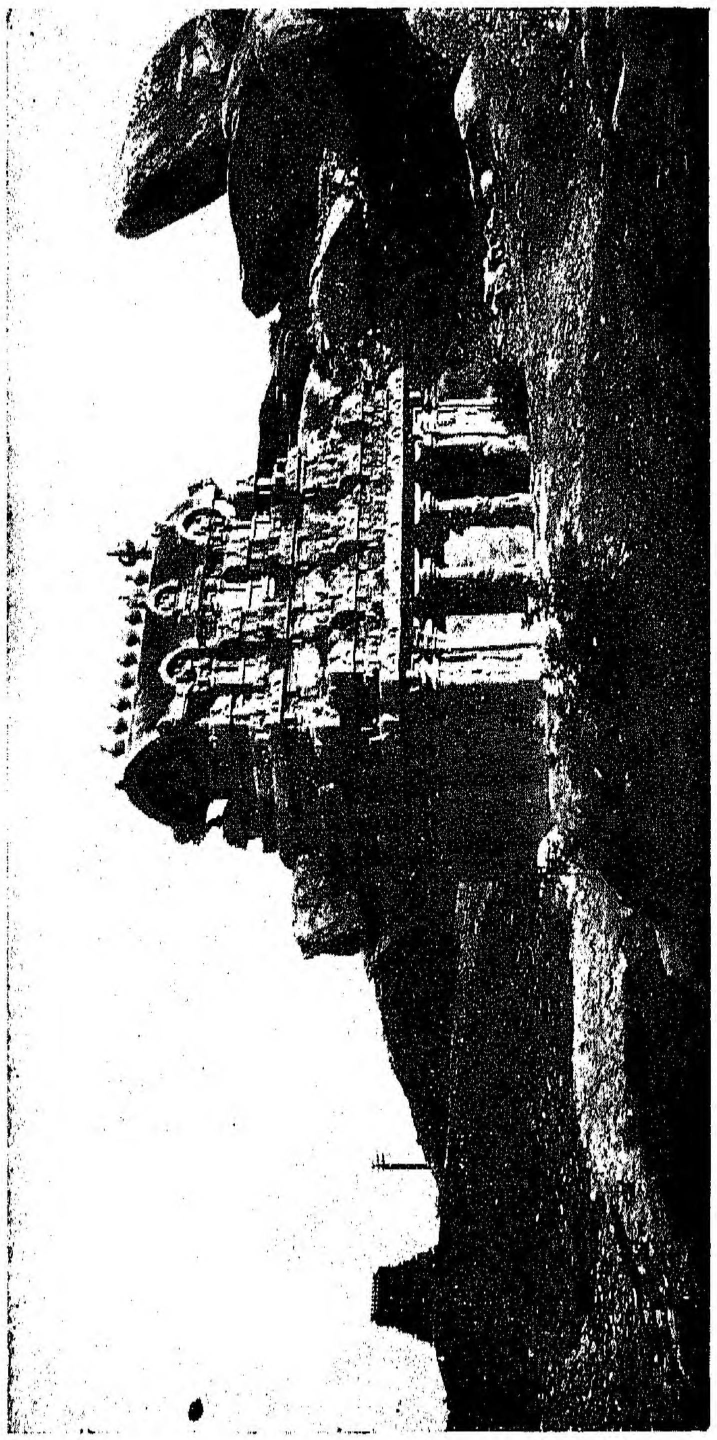
Portugal dirige mais longe os seus pensamentos: o seu desígnio é o mais nobre e o mais sublime, que uma nação podia conceber. A primeira coisa em que se ocupa é em formar um povo, que fiel adorador do verdadeiro Deus, a todos os outros povos dê o exemplo de um culto racionável e puro e depois quási ao mesmo tempo forma dêsse povo reis, bispos, guerreiros, conquistadores, marinheiros, missionários, estadistas, poetas, magistrados, literatos e historiadores.

Que nos digam, se há designios mais elevados do que êste!

Na existência das nações famosas a notícia dos rudimentos laboriosos da sua fundação, e pintura das terras, em que se desenvolveram, sofrendo e triunfando, é indispensável da parte elevada que atenta mais para os pontos eminentes, comprazendo-se no quadro das profundas transformações morais. Quem não conhecer as interpresas dos portugueses, dificilmente atingirá tôdas as razões da sua fortuna e esplendor.

Nenhum acontecimento foi tão interessante para o género humano em geral, e para os habitantes da Europa em particular, como a descoberta do caminho marítimo para a Índia, pelo Cabo da Boa Esperança: Êsse acontecimento motivou uma verdadeira revolução no comércio, nas indústrias, na ciência e no govêrno de todo o mundo. Nêsse período, estabeleceram-se relações de amizade entre os habitantes de mais distantes regiões para suprir as necessidades, que êles nunca haviam experimentado. As produções dos climas situados debaixo do Equador eram consumidas nos países situados nas proximidades do Polo. A indústria do Norte era transportada para o Sul, e os habitantes do Ocidente vestiam custosos tecidos do Oriente. Um familiar convívio e troca de opiniões, leis e costumes foi estabelecido entre os povos de tôdas as nacionalidades. E tudo isto se operou como por encanto, pelos feitos imorredoiros dos portugueses, que deixaram

.... A VIDA
PELO MUNDO EM PEDAÇOS REPARTIDA



O TEMPLO INDÚ (MONÓLITO) «THE GANESSA TEMPLE» QUE SE ENCONTRA EM *SEVEN PAGODAS*
PRESIDÊNCIA DE MADRASTA, (INDIA INGLESA)

V

VASCO da Gama, descobrindo o caminho marítimo para a Índia, lançou em terra o comércio de Veneza, a rainha do Adriático, e Lisboa, passou desde então a ser, não só o empório da Europa e o seu mercado geral, mas ainda, e não com menos propriedade a chamar-se *Rainha das Águas do Universo*, causando uma das metamorfoses geográficas, comerciais e sociais da história humana; a ponto de o Imperador Carlos V ao presencear o numeroso auxílio de navios que lhe prestou Portugal para a sua expedição de Tunis, exclamar admirado: «Fôra eu rei de Lisboa, em pouco o seria do mundo».

Quanto ao comércio a primitiva idéia do descobrimento do caminho para a Índia, teve por fim o exclusivo do comércio marítimo com detrimento manifesto do famoso empório do Adriático, julgando-se que para o obter bastaria dominar os mares e criar feitorias em vários pontos do litoral africano e asiático. Mais tarde mudando-se de pensamento e projectando-se antes fundar um vasto império lusitano no Oriente, e aniquilar ao mesmo tempo o comércio dos arabes, ergueram-se fortalezas desde Sofala até as Molucas. Os produtos da Ásia e da Oceania, tais como diamantes, pérolas, rubis e esmeraldas, metais preciosos, essências, estôfos, loiças da China, sândalo e especiarias eram permutadas na metrópole, onde concorriam pressurosos os mercadores de tôdas as nações e o florescente comércio português do Oriente tomava proporções vastíssimas. Podemos, pois, admitir, que no momento em que Vasco da Gama dobrou o Cabo da Boa Esperança, e navegou para Calecut, um certo pezo de *cravo*, o *bahar*, isto é, 18 arrobas e 9 arrateis, valia nas Molucas 13$000 reis; e que êsse mesmo pêso em casa de um merceeiro ou droguista de Londres ou de Paris, valia pròximamente 6:000$000 de reis. Êste simples facto mostra bem qual era a importância comercial do novo caminho descoberto pelos portugueses. Os géneros de exportação e importação só pagavam direitos nos lugares onde se fundavam feitorias, fora daí permutavam-se livremente. As especiarias eram monopólio real.

O imenso movimento que se fez do Oriente para o Ocidente e vice-versa, estabelecendo o intercâmbio intelectual e social por êsse até então desconhecido caminho, tornou-se todo em proveito dos portugueses, os quais chegaram a ser, segundo a antiga doutrina do *mare clausum* senhores do mar, e como tais, sem excluir os estrangeiros, apenas exigiam, como direito de supremacia, que fôssem nacionais os barcos e os tripulantes empregados no transporte, tratando como entrélopos os que se atrevessem a transgredir êsse direito de supremacia. Assim é que alguns ricos negociantes da florescente cidade de Augsburgo, chamados Fucker, Welszer, Hochstetter, Hyrssfogel, Imhof e outros da sua sociedade, tiveram permissão em 1504, para armar três naus que se chamavam *São Rafael*, *São Jerónimo* e *Leonarda*, tripuladas e comandadas por portugueses, naus que foram para a Índia com a expedição do primeiro Vice-Rei D. Francisco de Almeida, e ainda depois, por duas vezes, permissões, às quais se refere de

uma maneira singularmente honrosa para Portugal o Doutor F. Kunstman, na sua interessante descrição referente à Índia na primeira década do século XVI, publicada pela primeira vez, há poucos anos, em Augsburgo, a qual se diz feita por um viajante alemão Conrad Rem, que esteve na Índia, antes do viajante milanês, Luiz Varthema, contemporâneo de Duarte Barbosa, que escreveu, por 1510, e depois de Gaspar Correia, que começou a escrever no govêrno de Afonso de Albuquerque. Foi quási por essa ocasião, e atendendo a essa razão determinante, que se fundou em Lisboa a *Casa da Índia*, a qual juntamente com as da Mina e da Guiné, compreendendo, por assim dizer, tudo, isto é: guerra, marinha, justiça, negócios eclesiásticos, política externa, finanças, agricultura, comércio, indústria e todos os trabalhos de utilidade geral, fôsse o centro donde irradiasse para o Ultramar todo, medidas de recta e justa administração.

Essa Casa da Índia, em cuja fachada se lia também o dístico *Domus Indica Vetus* sôfrega com as opulências, que todos os anos recebia do Oriente estabeleceu-se na margem do cais à beira do Tejo. Levantaram-se ali em renque armazens para a arrecadação dessas opulências, e onde havia um guindaste, sinal do tráfego das mercadorias de além-mar. Que preciosidades não sopesou êsse valente engenho! Gaspar Correia compendia isso tudo na manuelina Casa da Índia quando escreve: «E porque, o aposento de El-Rei era nos paços do castelo de Lisboa, e folgava de ser presente, e ia e vinha cada dia nas casas dos almazens, intendeu em mandar fazer casas pera seu aposento nos mesmos almazens; em que se fizeram nobres paços e debaixo deles grandes casas para recolhimento e feitoria das mercadorias dá Índia e Mina; o que depois pelo tempo, se fez em muita perfeição como hoje em dia parece», LENDAS DA ÍNDIA, TOMO I.°, PÁG. 529.

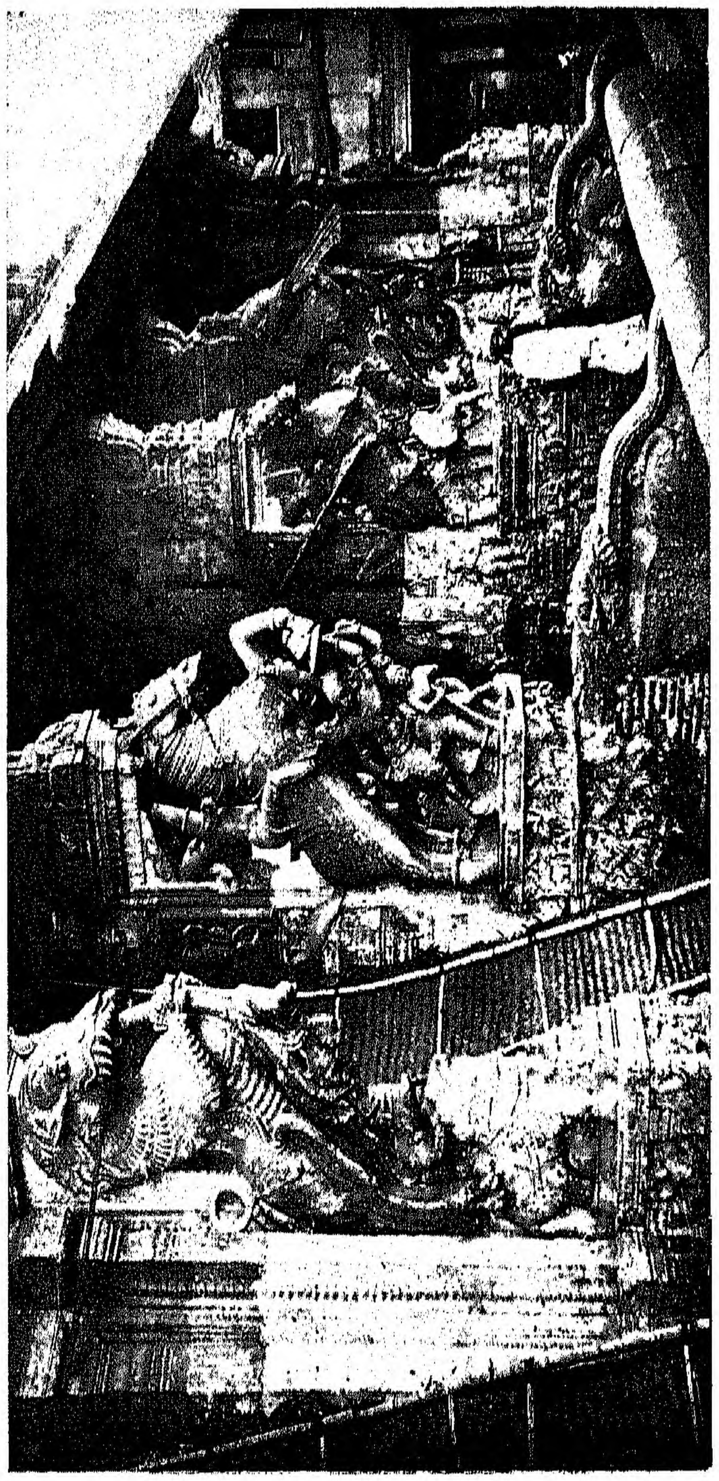
Têm pois os portugueses um dos lugares mais conspícuos, senão o mais alto, na história da civilização. E assim graças ao seu valor se dilatou pelo mundo o seu prestigio; e um pequeno Reino, que só por milagre parecia manter a sua integridade continental, estendeu-se pela Africa, pela Asia, pela América, e pela Oceania.

E, se mais mundo houvera, lá chegara.

Para motejar da pequenez dêsse Reino, o orgulhoso Carlos V, o mesmo que pouco antes, tanto nos admirava, perguntou um dia ao nosso Embaixador, Conde da Sortelha, D. Luiz da Silveira: — Conde, se se levantar por acaso uma lebre em charnecas de Portugal, onde é que a vão matar? Sabeis responder? — Sei, meu Senhor — volveu o Conde com altivez — Vão matá-la à Índia, que é daqui a cinco mil léguas.

Tudo isto contribuiu para que os portugueses chegassem a ser os feitores do mundo, pois os feitores portugueses da Flandres definitivamente estabelecidos em Antuérpia, que desde os séculos XI ou XII, se não antes, era o país da eleição para o intercurso comercial marítimo entre Portugal e o Norte da Europa, e cujo primeiro feitor português Pedro Eanes, o «Cerra Bodes» foi nomeado por D. João I, e esteve lá de 1441 a 1443 chegaram a ter o privilégio exclusivo do comércio que depois do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, se extendeu do norte da Europa até aos mares da China.

Com o comércio veio a conquista, com a conquista a emigração. A religião caminhou ao lado de todos. A administração das terras conquistadas não podia deixar de ser então militar e comercial, tendo os conquistadores numa das mãos a espada e abraçando com a outra as valiosas mercadorias; e daí a necessidade do estabelecimento das Fortalezas para a defeza das terras conquistadas e Feito-



Pilares do Templo Indú «The Poothor Muntapam Temple» que se admiram na cidade de Maduré (Índia Inglesa)

A maior parte dêsses templos, que os Ingleses chamam *marvelous and gorgeous temples*, são de pedra de cantaria preta, a mais difícil de se trabalhar

Dizem os escultores indús, que antigamente, quando se procedia a êsses surpreendentes trabalhos, os mestres sabiam quando essa pedra dormia e era então que êles podiam entalha-la rias para a arrecadação, não só das mercadorias mas também para a cuidadosa arrecadação de todos os papeis de valor, tais como: Cartas, Provisões, Autos de Posse, Regimentos, Contractos de Pazes, Paréas, Vassalagens, Informações históricas e científicas e tudo o mais que representasse o arquivo de riqueza documentária da administração ultramarina portuguesa dêsse tempo.

Duas instituïções, que sintetizando um programa de capacidade administrativa portuguesa, deixaram vestígios indeléveis. Basta para exemplo: a história deveras curiosa e interessante da Feitoria de Surrate. Segundo os nossos cronistas desde 1573, Surrate passou ao domínio do grande Akbar, tornando-se um importante empório comercial e possuindo ali os portugueses uma feitoria, com excepcionais privilégios de que gosou em virtude do *Firman* do Grão Mogol. Em 1800, os ingleses tomaram posse total de Surrate e seus territórios e o seu govêrno, que a princípio confirmara o nosso privilégio retirou-o em 1841, por um novo regulamento; mas António Bernardo Pereira, ao tempo director da feitoria, reclamou e conseguiu recuperá-lo em 1844; o privilégio continuou por alguns anos, até que em conseqüência do tratado *Luso Britânico* de 1878, foi extinto por P. P. de 12 de Janeiro de 1880.

Pormenor singular: a casa onde funcionou essa nossa feitoria, por arrendamento perpétuo, e que hoje é habitada por uma família *Parsee*, não passou despercebida ao Lord Curzon, quando da sua visita oficial a Surrate.

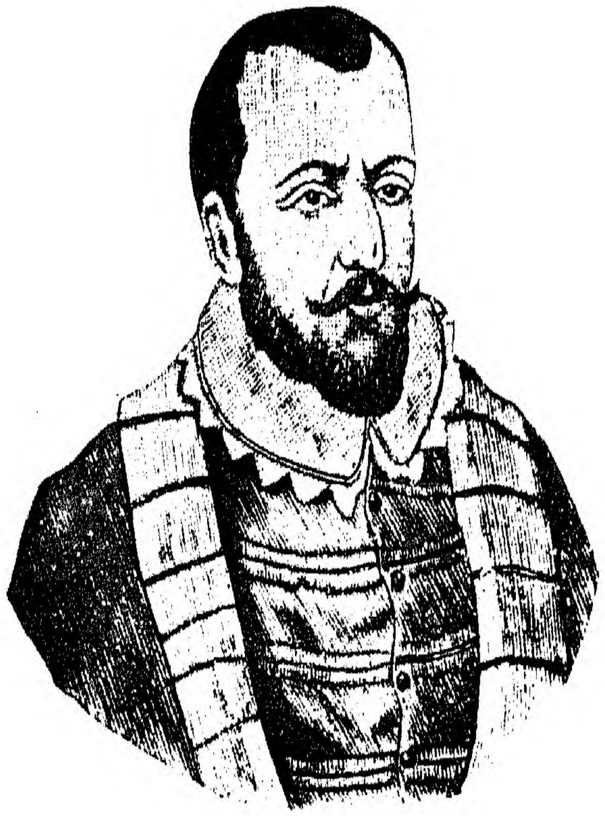
É dos nossos dias a grande figura de Lord Curzon, que referindo-se a tesoiros arquitetónicos e arqueológicos da Índia — templos, palácios e antigas cidades votadas ao abandono — disse em 1918, quando Vice-Rei da Índia Inglesa, as seguintes palavras: «Como peregrino aos Templos da Beleza, os visitei todos; mas como sacerdote do templo do Dever, tomei sôbre mim o devoto encargo de os guardar e conservar». E, certamente no desempenho dêsse *devoto encargo* que para nós representa uma prova da mais elevada consideração, mandou colocar na parede do edifício, em memória da nossa antiga feitoria em Surrate uma lápide de mármore com a seguinte inscrição: *Ancient Portuguese Factory*. Honra lhe seja feita!

Como as vicissitudes do tempo impedissem a continuidade do regime das feitorias, foi desde logo determinado superiormente, que todos os documentos até então guardados nessas feitorias passassem a ser guardados na Casa dos Contos em Goa, a joia de Albuquerque, a Metrópole do Império Luso-Oriental, que achava-se então no apogeu da prosperidade. Diogo de Couto diz-nos na cena X do seu *Diálogo do Soldado Prático* o seguinte: «*A Casa dos Contos de Goa, he a cousa mais importante para a Fazenda del Rey que ha na India, a qual concorrem todos os Feitores das Fortalesas, de Armadas, Náus e Navios, Almoxarifes e Rendeiros de todas as rendas que são muitas*».

A insigne cidade de Goa, pela sua população de mais de cento e cincoenta mil almas, riqueza e vida faustosa dos habitantes e magnificência dos edifícios, era a segunda cidade da Monarquia Portuguesa e também uma verdadeira côrte, assim como pela extensão do comércio, era o primeiro empório marítimo do Oriente. Sòmente pelo seu porto, podia a Europa comunicar directamente com a Ásia, e nos seus basares, a par das produções agrícolas e industriais do Ocidente se mercanciavam os preciosos minerais, fábricas e culturas do Japão, China, Mólucas, e de todos os continentes banhados pelo oceano Índico.

Nem brilhava menos pela auréola das letras. Os cometimentos de que aquela cidade fôra o centro, tinham pela reacção dos feitos sôbre o pensamento, alteado o engenho português.

Por essa cidade haviam passado vice-reis, arcebispos-primazes, fidalgos de nobre linhagem, estadistas, poetas, magistrados, missionários, intrépidos soldados, esforçados capitães e briosos marinheiros, que em todos os exércitos



DIOGO DE COUTO
(1542-1616)
NOTÁVEL HISTORIADOR PORTUGUÊS

O primeiro e último guarda-mór da Torre do Tombo, na Índia e em todas as marinhas seriam eméritos, e cujo espírito abalado pela novidade das impressões e dilatado pela vastidão dos horisontes, havia acrescentado à gloriosa história portuguesa, em originalidade e amplitude novas e valiosas informações.

Tudo isto havia influido poderosamente, para uma grande maioria desses ilustres portugueses se estabelecerem nessa *Oriental Lisboa.* Não se falava nos paços da Ribeira, português mais castiço, do que nos salões do Viso-Rei. As festas de Goa haviam sido embelesadas com a conversável gravidade e nitidez das orações de Diogo de Couto, e ainda adornadas com a sonora e épica tuba de Luiz de Camões, de cuja pessoa e vida nada será necessário dizer, por demasiado conhecidas, e que aí esteve no govêrno do Viso-Rei D. Afonso de Noronha, e onde jaz o seu pai Simão Vaz, cavaleiro fidalgo, natural de Coimbra, e que exerceu o cargo de capitão de navio.

Na filosofia das Sociedades a história é a base do edifício; a poesia, a corôa e o remate. Foi em Goa aos X dias de Abril de 1563 anos, e na primeira imprensa com tipos móveis de metal do célebre invento de João Von Guttenberg, introduzida no famigerado Colégio de S. Paulo ou Seminário de Santa Fé, pelos eminentes Jesuitas Portugueses, verdadeiros apóstolos da religião, da pátria, da ciência, e do progresso, que sabendo tudo com tanta nitidez e tanta profundeza, e ensinando magistralmente, como uns dos primeiros no mundo e incontestavelmente os primeiros na Índia, tudo quanto sabiam a quem os queria escutar; se imprimiu em letra de fôrma, e antes de todas as outras imprensas — a primeira poesia do principe dos poetas portugueses dedicada ao oitavo Viso-Rei, D. Francisco Coutinho, terceiro Conde do Redondo, e se encontra intercalada, logo depois da dedicatória do Dr. Garcia da Horta *«Nos Colóquios dos Simples e Drogas Medicinais»* também ali impressos.

É forçoso, pois, confessar que foram os Jesuitas Portugueses, quem vencendo tôda a sorte de dificuldades, encontraram ainda no seu coração bastante seiva e bastante calor para fundar em Goa, a primeira imprensa, quando ainda muitas cidades da Europa não a tinham. É um documento honroso, é um caso singular demasiadamente precioso para que seja lícito ocultar-se-nos a menor das circunstâncias que o caracterizam e o definem. Bem hajam!

Dessa epopeia da Índia, do gigantesco edifício que Albuquerque fundou e que Xavier veio depois ornar com a cúpula dourada do cristianismo, o que nos resta hoje?

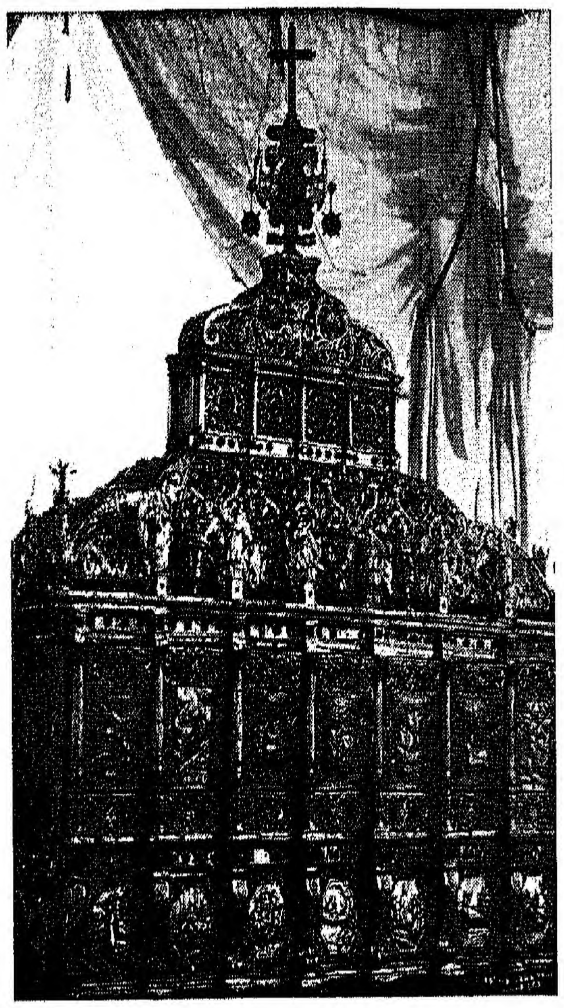
Tôda a antiga grandeza da Velha Cidade de Goa, o teatro de glórias portuguesas, está presentemente simbolizada nos seis altivos templos, que de viseira erguida atestam ainda hoje o que ela foi, e em um dos quais, no maravilhoso túmulo de prata cinzelada, se guarda com entranhado amor e devoção o Venerando Corpo de S. Francisco Xavier, a cuja voz e a seus milagres os reinos comoveram-se, os povos prosternaram-se aos seus pés, nações inteiras escutaram e seguiram os seus preceitos, em suma a Ásia fez-se cristã.

Impressionado com o que vira *«in loco»*, o genial talento de Tomás Ribeiro, o maior lírico, depois de Camões, se refere a essa Cidade, *Uby Troya fuit* nos seguintes inspirados versos:

A VELHA GOA

Eis a cidade morta, a solitária Goa!
Seis templos alvejando entre um palmar enorme!
Eis o Mandovi — Tejo, a oriental Lisboa!
Onde em jazigo régio imensa glória dorme!

....
....



TÚMULO DE S. FRANCISCO XAVIER

Êste maravilhoso túmulo de prata rendilhada
e cravejada de diferentes pedras preciosas, conserva com
entranhado amor filial o precioso depósito do corpo do maior
conquistador do Oriente, S. Francisco Xavier,
que todos os povos da Ásia visitam com a mais acrisolada
devoção, pois foi êsse astro brilhante,
que difundiu por todo o Oriente os raios fecundos do
Evangelho, convertendo um milhão e duzentas mil almas,
ás quais ensinou com o seu exemplo
a professarem a Lei de Cristo, e serem gratas a Portugal

MEMÓRIAS!... NADA MAIS, SOMBRIOS MONUMENTOS?
SAUDADES?... OH, NÃO BASTA, HOMÉRICOS VESTÍGIOS!
REMORSOS?... MAS SÃO VIS E ESTÉREIS OS LAMENTOS!
ESPERANÇA! — EIS O SEGREDO, A VARA DOS PRODÍGIOS!

....
....

MAS SE O FORMOSO SOL QUE A MINHA MENTE SONHA,
NÃO ROMPE A SERRAÇÃO NEM CALMA ADVERSOS VENTOS;
ROUBANDO-NOS A LUZ POUPAI-NOS Á VERGONHA!
CAÍDE SÔBRE NÓS, HEROICOS MONUMENTOS.

PANGIM, 7 DE MAIO DE 1870 TOMÁS RIBEIRO

Não é lícito escrever êste nome sem ter a certeza de que nenhum português o ignora, pois, como êsses génios de eleição a quem a Providência concede dons especiais pode ser considerado sob variados aspectos: poeta, parlamentar, estadista e publicista.

Ninguém por mais dedicado que fôsse às coisas de *Goa, que ele cognominou de, a mais formosa terra do Malabar,* — desejando veementemente, como êle escreveu ou disse, em 10 de Agosto de 1893, de lá ir empregar as suas derradeiras fôrças, a-fim-de promover o bem estar dessa terra tão sua amada — conseguiria em tão sublimes versos cantar as imperecíveis e antigas glórias de Portugal como êsse Vate cantou deixando à posteridade essa joia de alto valor histórico, que glosando escrupulosamente a sua autenticidade, tudo com o rigor de quem pesa os diamantes, depois os classifica para poderem ter um preço corrente no mercado.

Em presença de tão comevedor espectáculo pode-se dizer, dessa gentilíssima princesa do Mandovy, como em tempos idos Jeremias dissera das ruinas de Jerusalém «*Como assim solitária está assentada uma Cidade cheia de Povo! Chegou a ser uma como viuva a Senhora das Gentes.*»

VI

A nossa literatura indiana é riquíssima, e as glórias dos homens de acção, como Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, e tantos e tantos outros, juntas aos importantes documentos de vida da Nação arrecadados na Casa dos Contos em Goa, eram na verdade de alta valia intrinseca, e posto que estivessem muito bem catalogados como estavam e escrupulosamente guardados, eram de difícil consulta, por ficarem à distância de quatro mil léguas, sôbre tudo para os intelectuais que em Portugal se interessavam pela história do nosso magno império ultramarino, e que determinavam escrever com maior clareza e cientificamente a Crónica dos Grandes Feitos Portugueses no Oriente.

Urgia, portanto, remover essa dificuldade e ainda outras concomitantes, e transferir de Goa para Lisboa êsse tesoiro, que transitando pela *Casa da Índia* passou para as outras Estações Oficiais, onde se encontra vigilantemente guardado.

O perímetro onde funcionou e desenvolveu a *Casa da Índia* foi o espaço ocupado hoje pelo torreão do Ministério da Guerra, pelo Arsenal e terrenos adjacentes.

Mas a *Casa da India* não era outra coisa mais do que o *Ministério da Marinha e Ultramar*, hoje o *Ministério das Colónias*. Por essa Casa passavam todos os negócios da administração ultramarina portuguesa, desde a nomeação dos funcionários de todas as categorias até à promulgação dos Regimentos gerais e dos simples alvarás individuais.

As atribuïções tão variadas e tão complexas da *Casa da Índia*, foram assunto de numerosas leis, alvarás e regimentos entre os quais avulta primacialmente o Regimento da fundação dessa Casa dado pelo venturoso Rei D. Manuel e feito em Évora a três do mês de Julho em o ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos e nove, regimento que, nos seus 163 capítulos, da verdadeira e clarividente governação pública deixa as normas para a administração das terras de Além Mar.

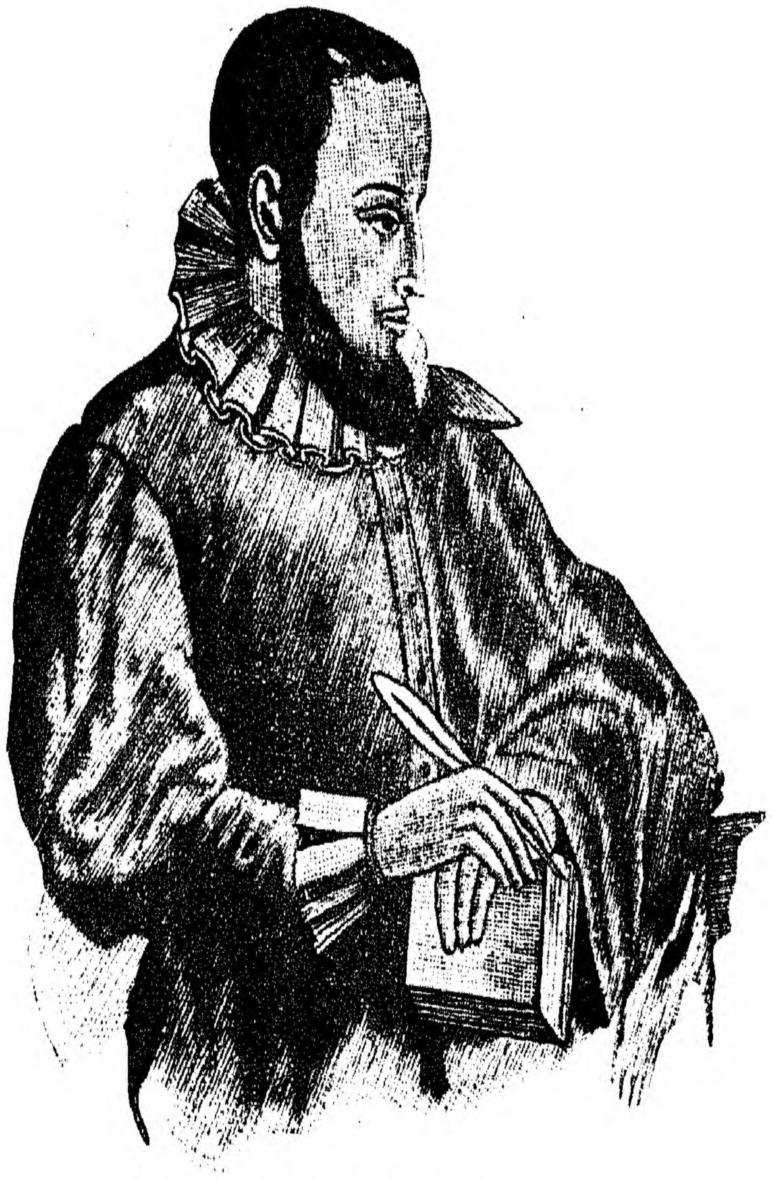
REGIMENTO DA CASA DA INDIA

FEITO PELO SENHOR DOM MANOEL

EM O ANO DE MDIX — E TEM CLXIII CAPITULOS

«Dom Manoel por graça de Deus Rey de Portugal»
«e dos Algarves D'Aquem e D'Alem Mar, em Africa,»
«Senhor da Guiné, da Conquista e Navegação, comercio»
«da Ethyopia, Arabia, Phersia e da India.»

«A quantos essa nossa carta do regimento virem»
«fazemos saber, que considerando nós quam grandes»
«são os nossos tractos de Guiné e das Indias, a Deus»
«louvoures, y quanto proveito deles se segue á nossos»
«regnos, e naturais, y assi a outras muitas partes da»



JOÃO DE BARROS

(1496-1590)

Feitor Tesoireiro da Antiga Casa da Índia em Lisboa
Insigne escritor seiscentista
Autor de Quatro Primeiras Décadas, cognominado
o Tito Lívio Português

« cristandade, como somos obrigados trabalhar, quanto »
« em nós for, de as taes cousas serem bem regidas »
« e governadas, y conservadas; e parecendo-nos que »
« por o negocio ser grande, e de muita importancia, »
« y occupaçam; E se não podia tudo isto bem fazer por »
« um Feitor Thesoureiro, y trez Escrivães, que y havia, »
« ordenamos sentindo assy por muito nosso serviço y »
« por darmos melhor ordem, forma y aviamento as cousas »
« que se ham de fazer em cada tracto, y pera que humas »
« não possam embaraçar, nem fazer impedimento as »
« outras e que houvece hum Feitor de ambas as ditas »
« Casas, y trez Thesoureiros, convem a saber hum »
« Thesoureiro de Especiaria e outro do dinheiro da »
« venda dela, y outro da Casa da Guiné e da Mina, y »
« cinco Escrivães, convem a saber, trez para a Casa das »
« Indias, y dous para a Casa da Mina e de Guiné, para »
« o qual Feitor, Thesoureiro y Escrivães ordenamos e »
« mandamos fazer os Regimentos adeante declarados, »
« para por eles cada um saber o modo, y maneira, »
« em que nos ditos officios nos ham y devem servir, »
« conformando-nos com os Regimentos, que thé agora »
« hy houve das Casas de Guiné, como thé agora se »
« pratica nas ditas casas, despachos, y cousas dellas, »
« acrescentando algũas, segundo o que nos bem pareceu »
« y aos sobreditos mandamos, que os ditos Regimentos »
« veiam muy bem, y leiam continuadamente, para melhor »
« entenderem, y saberem como nos ditos Officios nos »
« ham de servir. »

De entre os feitores-tesoireiros, que tanto perlustraram a Casa da Índia, em Lisboa, ocupa um lugar distinto como um dos seus principais brazões o Feitor-Tesoireiro João de Barros, o insigne escritor seiscentista que nasceu em Vizeu em 1495, e faleceu na Ribeira junto de Pombal em 1570.

Educado na côrte de D. Manuel, e notável pelo seu grande talento, João de Barros, no meio de excessivo trabalho dos negócios da *Casa da Índia*, soube extrair do fertilíssimo veio da grande mina documental dessa Casa os elementos constitutivos da epopeia portuguesa e facetá-los como o mais perito lapidário da palavra, as verdadeiras obras preciòsamente trabalhadas, de princípio a fim, com a mais rigorosa correcção, com a mais subtil delicadeza de estilo a que se pode prestar a linguagem sabia, e nas quais registou além de conhecimentos científicos, as leis da paz e da guerra, os fastos de diversas nações orientais, e tudo isto, com preceitos didáticos, com os graciosos ornatos da amplificação, com o patético dos sentimentos patrióticos e o que mais é — sem cometer um solecismo e apresentar-se ao mundo como o biógrafo incomparável do *Terribil* e como o autor admirável de quatro primeiras décadas, em as quais referiu as coisas da Índia até seu tempo, com tanta verdade, juíso, clareza e elegância que se fez merecedor de eminente lugar entre os mais excelentes geógrafos, e entre os mais insignes historiadores que celebrou a fama nos tempos antigos e modernos, vivendo enquanto viver a língua portuguesa, que manejou como poucos e enriqueceu com páginas das mais belas que se têm escrito e segundo alguns dizem que igualam, outros que excedem as obras de Plínio.

A sua colossal obra, que lhe grangeou o cognome de *Tito Lívio Português* é também a obra de um político e economista consumado, que excedeu muitíssimo as idéias correntes no seu tempo, discorrendo nitidamente sôbre êsse assunto de tanta magnitude, e que se denomina hoje fomento, — isto é sôbre a justiça e ordem natural das coisas, sôbre a paz e a concórdia, a liberdade civil, o direito de propriedade, o trabalho, a invenção das máquinas para o abreviar e aperfeiçoar, a agricultura, o comércio, a indústria, a política, o preço, os monopólios, a função da moeda, o interesse privado, a fé pública e particular, a

defeza do Estado, e vários outros assuntos conexos, não lhe tendo escapado todas as modalidades supervenientes da economia pública propulsora da riqueza nacional, que tanto interessa para a grandeza e glória comum da Pátria.

Êsse homem superior que tanto honrou a Nação Portuguesa, quando deixou a feitoria e tesoiraria da *Casa da Índia*, saiu mais pobre do que entrou: os dinheiros públicos, passando-lhe pelas mãos, não lhas doiraram, e o homem que falou e escreveu da moral e da honestidade nos termos de tão elevada poesia, deu na gestão dos negócios públicos o mais belo exemplo de perfeita moralidade. E, tal foi o justo conceito que êsse preclaro português mereceu à civilização e à humanidade, que o Senado de Veneza colocou a sua imagem entre as dos varões célebres do mundo, e o Papa Pio IV fez colocar outra nos paços do Vaticano junto com a do Ptolomeu.

Por mais poderosa que seja, a memória cança-se em descrever minuciosamente todos os valiosos factos ocorridos na antiga Casa da Índia em Lisboa, única em tôda a Europa; e daí, julgo ter feito, embora resumidamente, a história dessa Antiga Casa da Índia, porventura inspiradora da casa, que em 8 de Julho de 1930, Suas Magestades o Rei e a Rainha de Inglaterra, inauguraram em Aldwyck, onde foram ovacionados e recebidos, pelos altos personagens e pelo alto comissário da Índia Sir Atul Chatergee; tendo sido oferecido ao Rei uma chave de ouro pelo arquiteto Sir Herbert Baker, com a qual Sua Magestade abriu a porta do edifício.

Ao declarar a Casa da Índia aberta, Sua Magestade disse:

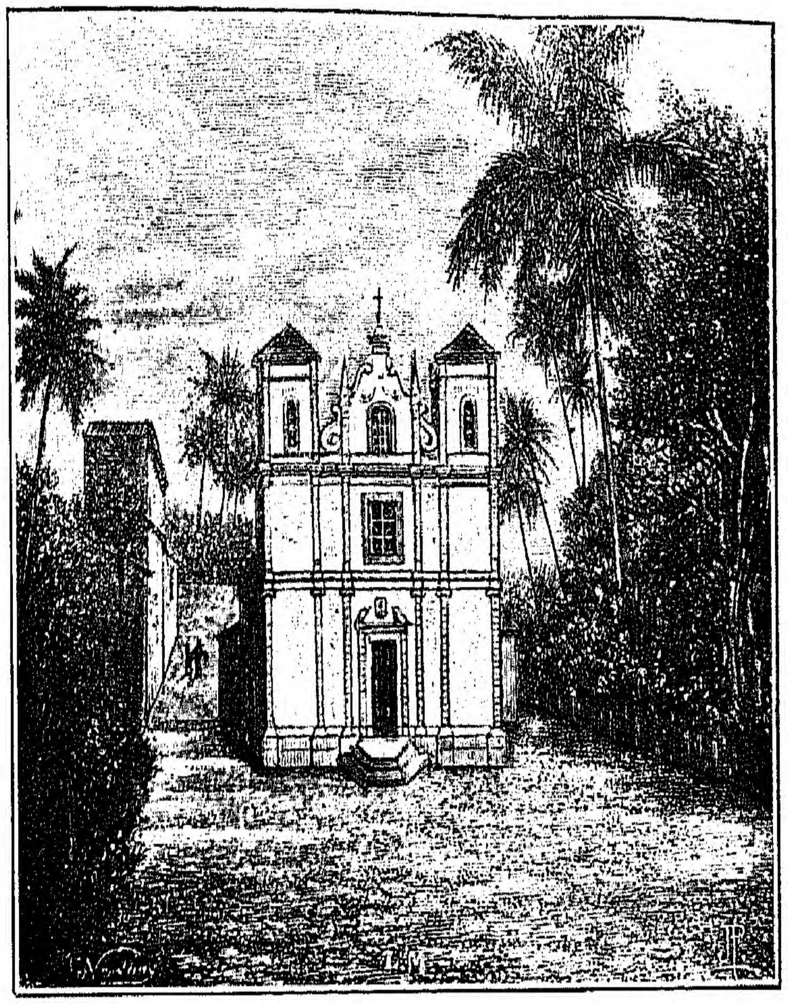
«Passou um quarto de século desde que a Rainha e eu fizemos a nossa primeira e memorável visita à Índia. Desde essa data nunca a Índia deixou de ter o meu afecto e simpatia. Tem havido muitas mudanças e alguns dias escuros, mas eu tenho alegria em pensar, que através de tudo, ela tem progredido firmemente para assegurar o seu merecido lugar entre os grandes povos da terra. A Casa da Índia é de qualquer maneira um símbolo dêsse progresso. Neste período crítico da história da Índia, quando o pensamento de todos que amam êsse país, está concentrado num esfôrço construtivo em colocar os alicerces da Índia do futuro com firmeza, eu considero como de feliz augúrio podermos inaugurar êste edifício, que marca o fim de um período de progresso e o comêço de um outro. Porém a Casa da Índia vai além de tudo isso.

Quando olho em minha volta, eu vejo emblemas das religiões das províncias e estados da Índia. A posição da Casa da Índia, entre as de nações irmãs, mesmo no centro da minha capital, melhor simboliza a unidade da grande república de que ela é uma parte. Para uma mais funda realização de essa dupla unidade, eu vivamente rogo. Durante os meses recentes tenho vigiado com ansiedade a passagem perturbadora dos acontecimentos, confiando na Providência Divina. Cheio de confiança espero o dia em que será restaurado um verdadeiro entendimento, que una cada raça e cada crença num único desejo de trazer paz e contentamento ao meu povo indiano».

Sua Magestade manifestou igualmente a esperança de que a Casa da Índia não só sirva o progresso material da Índia, como também sirva para espalhar entre os povos da Índia e Grã-Bretanha aquela grande simpatia pela qual ele tinha rogado há muitos anos e tornava hoje a rogar.

Depois de pronunciado o discurso, o rei e a rainha receberam cumprimentos de todos os presentes, tendo-lhes sido apresentados todos os artistas principais que tiveram interferência na construção e decoração do edifício. Acabados os cumprimentos e apresentações, os soberanos visitaram todo o edifício e tomaram o elevador para subir ao último andar, donde se desfruta uma linda vista de Londres.

A maior parte da obra foi executada pelos operários indianos trazidos para êsse fim. As decorações da Biblio-



CAPELA DE SANTA CATARINA

«AQUI NESTE LUGAR ERA A PORTA POR QUE ENTROU O GOVER-»
«NADOR AFONSO DE ALBUQUERQUE E TOMOU A CIDADE DE GÔA»
«AOS MOUROS EM DIA DE S.TA CATARINA, ANO DE 1510»

INSCRIÇÃO QUE SE LÊ NUMA LÁPIDE QUE ESTÁ NA PAREDE EXTERIOR DA CAPELA teca e as pinturas das paredes também foram executadas pelos artistas indianos.

O tesoiro documental da verdadeira história do Oriente, que mercê de Deus, é ainda hoje, nossa exclusiva pertença, subministrou sempre e subministrará ao futuro, informações absolutamente certas, não só aos nacionais, mas ainda aos estrangeiros que o consultam freqüentemente, como o único e mais seguro repositório científico; o que vem demonstrar com a lucidez máxima, que aos iniciais feitos portugueses — tendo por si a autoridade que se impõe — presidiram sempre os preciosos dons de observação científica conjugada com o judicioso discernimento e pertinaz insistência na realização do ideal sagrado de resolver problêmas, que antes dêles outras nações não tinham sabido e conseguintemente não tinham podido resolver.

Dão disto irrefragável testemunho as versões das nossas obras antigas, feitas pela *Hakluit Society* de Londres, e a missão especial que foi cometida ao Sir Danvers, superintendente dos arquivos da *India Office* em Londres, para consultar os arquivos de Lisboa e Évora, onde o laborioso investigador encontrou documentos de alto valor, de que deu uma súmula no seu relatório, acrescentando novos subsídios à sua notável obra intitulada «*The Portuguese in India*».

Não há dúvida que vemos arvorada, de Ormuz a Malaca, por sôbre os escombros dos nossos baluartes, a bandeira que hoje domina no vasto Oriente. Mas das dominações europeias — ninguém o duvida — a nenhuma estará ligada tradição tão goloriosa e simpática como a dominação de Portugal, que depois de abrir caminho ao engrandecimento dos outros povos da Europa, fundou no Oriente um grande Império pelo esforçado braço de Albuquerque, que depois de doirar o arrebol da nossa história, caiu fatigado, inerme, ao pêso de uma ingratidão feroz, findando os seus dias em Goa; monumento da sua glória, e onde num impulso de admiração, de gratidão, de dôr e de assombro por aquele gigante que tombava, foi gravada na pedra tumular, com lágrimas, esta legenda: — « Não morreu! ».

A verdade é que os grandes e imortais títulos de Portugal à gratidão e à saudade, não só dos seus concidadãos, mas ainda à gratidão e à saudade de todo o mundo, são os que lhe assistem como pioneiro da verdadeira civilização implantada nas terras de além-mar, e onde nos marcos miliários, muitos dos quais esquecidos hoje, mas cuja impressão ficou como um vinco indelevel no sentimento da humanidade, se pode estudar tôda a acção da ciência colonizadora portuguesa.

Muitos dêsses marcos são verdadeiramente monumentais, e ficarão como modêlos do género na história das terras ultramarinas, berço da nossa glória.

A massa enorme dos conhecimentos de tôda a espécie, exigidos para a luta cerebral na concorrência moderna, obriga-nos presentemente a saber um pouco de tudo.

É força, pois, concentrar tôda a atenção no estudo dêsses marcos sublimes, que em quadros tocados de vivo interêsse e fecundos em lições e experiências, nos mostram os sucessos que se desenlaçam desde o descobrimento do caminho marítimo para a Índia até à fundação do magno Império Luso-Oriental, para bem depressa se apoderar de nós a inspiração e o ideal dos que nos precederam e sentirmos as mesmas emoções e os mesmos afectos que êles sentiram, quando entre os povos distantes atestaram bem eloquentemente a benemerência de um povo que por ali passou primeiro que qualquer outro; e por isso sabe e quere, mercê de Deus, sustentar a sua primasia e também a sua posse pacífica sôbre essas terras — que simultaneamente representam uma grande honra e um oneroso encargo — *honor, onus;* pois conhece que sendo de sua natureza dura e áspera a máquina da governação, e tanto mais as resistências que encontra quanto é mais recto o seu

trabalhar, não teme a crítica mordaz, êsse escolho da humanidade que criva sempre de aceradas dentadas tudo, e ainda os radicados direitos de propriedade, que a civilização manda acatar e garante com o seguinte aforismo: «A coisa chama pelo seu dono». É esta uma grande máxima da jurisprudência que serve de base a todas as legislações na tutela do direito de propriedade. É esta uma sentença cheia de sabedoria e de eloquência, pela qual o dono tem o direito tão sagrado, tão inviolável sôbre a coisa que lhe pertence, que em qualquer lugar em que ela se encontre extorquida, roubada ou escondida clama pelo seu senhor, e protesta contra a injustiça e contra a fraude.

Em vista dêsse direito, os nossos domínios ultramarinos são nossa propriedade e posto que não tenham hoje aquela extensão quási incomensurável que tinham dantes, pois não falando em África, só na Ásia, tinha o Vice-Reinado da Índia oitocentas léguas de comprido e tresentas e cincoenta de largo, são ainda assim muito espaçosos, e por isso têm de ser considerados perante a história e perante a civilização como império territorial formidável dando a Portugal o direito inauferível de ocupar entre as nações colonizadoras um lugar proeminente.

Mas como esses domínios são vastos e ricos, de vez em quando incidem sôbre êles cobiças insofridas de várias ordens e origens, anciosas por se saciar, sem atender a sentimentalismos, que no mundo dos egoismos e dos negócios não exercem grande influência. «*Ó sacra fames auri!*»

Ora dizendo as coisas por claro, a nossa inexaurível documentação relativa à posse efectiva de todos êsses domínios nos habilita a desenvolver seja onde e deante de quem fôr, os nossos argumentos e a empenhar a luta como Titans na defeza dessa posse, como se ali estivéssemos a apertar os adversários no círculo invencível de uma dialéctica terrível podendo ainda dizer: Portugal não adormeceu à borda do seu caminho da glória; e daí com a consciência do esfôrço de que ainda é capaz e com a confiança dos dotes que ainda possui, não consentirá que calcando aos pés os seus mais sagrados direitos, lhe pisem os louros, e lhe rasguem o manto inconsutil da integridade dos seus domínios ultramarinos, onde provou ser administrador hábil, colonizador inteligente e civilizador zeloso — assegurando que sabia resistir fortemente e com operosa energia da vontade contra a invasão dêsses domínios, como saberá, se fôr necessário, e provocado, por-ventura, a uma pugna gigantesca, gritar aos ouvidos de todo o mundo — que acima do direito da fôrça, eleva-se, olímpica e soberana, a fôrça do direito que os portugueses ajudarão a defender à custa da própria vida e à custa da própria vida farão resurgir.

Tenho dito

Lisboa, 28 de Abril de 1932.

Monsenhor GUSTAVO COUTO

ÍNDICE

Dedicatória V

Aprovação do Exmo e Rev.^{mo} Senhor Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa IX

Prefácio do Exmo Senhor Doutor Queiroz Veloso, Professor da Universidade de Lisboa XI

I — História da Antiga Casa da Índia em Lisboa 15

II — As lições que subministra essa História baseada na Verdade 23

III — O alto significado que presidiu à fundação da Casa da Índia em Lisboa 29

IV — Os grandes e científicos resultados da descoberta do caminho marítimo para a Índia 39

V — O estabelecimento do magno Império Luso-Oriental 45

VI — A insofismável soberania de Portugal na posse e na administração dêsse Império 55

ACABOU-SE DE IMPRIMIR NA
IMPRENSA LIBANIO DA SILVA
SUCESSORES
SOUSA & SANT'ANA, L.DA
Travessa do Fala-Só, 24 – Lisboa
EM QUINZE DE NOVEMBRO DE MIL NOVECENTOS E TRINTA E DOIS